

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE SAÚDE E SOCIEDADE**

ISABELA SANTOS CABRAL

**APOROFOBIA – POBREFOBIA: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO
FRENTE À HISTÓRICA E PERSISTENTE DESIGUALDADE SOCIAL
NO BRASIL.**

Santos

2023

ISABELA SANTOS CABRAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**APOROFOBIA – POBREFOBIA: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO
FRENTE À HISTÓRICA E PERSISTENTE DESIGUALDADE SOCIAL
NO BRASIL.**

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a Dra^a Juliana Biondi Guanais.

Santos
2023

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C117aa Cabral, Isabela Santos.
Aporofobia - pobrefobia: Problematizando o
conceito frente à histórica e persistente desigualdade
social no Brasil.. / Isabela Santos Cabral;
Orientadora Juliana Biondi Guanais. -- Santos, 2023.
68 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto de
Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São
Paulo, 2023.

1. Aporofobia. 2. Pobrefobia. 3. Conservadorismo.
4. Desigualdade Social. 5. Violência. I. Guanais,
Juliana Biondi, Orient. II. Título.

CDD 361.3

ISABELA SANTOS CABRAL

**APOROFOBIA – POBREFOBIA: PROBLEMATIZANDO O CONCEITO FRENTE À
HISTÓRICA E PERSISTENTE DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.**

Trabalho apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a Dra^a Juliana Biondi Guanais.

Aprovação em: ___/___/___

EXAMINADORES:

Prof^a Dr^a Juliana Biondi Guanais
Universidade Federal de São Paulo

Prof^a Dr^a Maria Natália Ornelas Pontes Bueno Guerra
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, na figura de Oxalá e de todos Orixás, e meus guias que abriram e iluminaram meus caminhos para que eu chegasse onde estou hoje.

Agradeço minha família, meu pai Vinícios e minha mãe Andréa, pelo amor incondicional e apoio durante todos esses anos. Todas minhas conquistas eu devo ao amor e ao esforço deles, em especial à minha mãe, a quem eu dedico esse trabalho, por ser meu maior exemplo de luta e determinação: trabalhando incansavelmente e por muitos anos em prol da minha formação educacional.

Agradeço à UNIFESP e todos os professores(as) de Serviço Social que tive durante o período de formação, à minha orientadora de TCC Juliana e em especial à prof.^a Maria Natalia, que conduziu com muito carinho e cuidado meu processo de estágio e de formação, sendo também incentivadora para a realização de minhas metas.

Agradeço à minha supervisora de estágio, Raquel, por todos os conselhos e orientações que foram fundamentais para minha compreensão do exercício profissional, e às assistentes sociais Ana Maria e Léia, do SAE/CCDI, que de maneira muito amorosa me acolheram e permitiram que eu acompanhasse seu cotidiano profissional. Graças a elas meu estágio foi uma experiência riquíssima em aprendizado e sensibilidade, principalmente no trato com os pacientes, os quais pude acompanhar, conhecer suas trajetórias, muito marcadas pela aporofobia. A todos os pacientes que permitiram que eu os acompanhasse, minha eterna gratidão, foram maravilhosos professores!

A meus amigos(as) Fernanda, Raphael, Bruno e Jade, que acompanharam essa fase conturbada da minha vida, me apoiando e incentivando, apesar das dificuldades, me ajudaram a não desistir.

Um agradecimento especial ao meu grande amigo Bruno, amigo que levo desde a adolescência com muita alegria! Graças a ele esse TCC chegou ao fim, seus conselhos foram virada de chave quando eu não sabia como continuar! Obrigada!

E além dele, outro agradecimento especial a minha amiga e colega Fernanda, que foi minha maior companheira de jornada acadêmica, contribuindo muito para minha evolução e aprendizados!

“Não digam que fui rebotalho,
que vivi à margem da vida.
Digam que eu procurava trabalho,
mas fui sempre preterida.
Digam ao povo brasileiro
que meu sonho era ser escritora,
mas eu não tinha dinheiro
para pagar uma editora.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

CABRAL, Isabela Santos. **Aporofobia – pobrefobia: Problematizando o conceito frente à histórica e persistente desigualdade social no Brasil.** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Santos: Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); 2023

Este estudo tem como objetivo apurar o conceito de aporofobia e debater sobre como ela é praticada na sociedade brasileira, para contribuir com os estudos sobre o tema, e por considerar a importância da apropriação desse conceito para os profissionais do Serviço Social, para que os mesmos não venham a reproduzir práticas aporofóbicas no exercício profissional. A partir disso, é feita uma breve retomada dos conceitos de pobreza, para definirmos quem sofre dessa fobia, uma vez que é o papel profissional trabalhar sobre as questões sociais, a qual as desigualdades são produtos, e buscou-se a relação entre o aumento do pensamento conversador no Brasil e do eleitorado da extrema-direita, com a grande quantidade de reportagens e notícias que denunciam a violência generalizada aos mais pobres. Dessa maneira, é possível compreender o papel dos não-pobres e das instituições na reprodução de aporofobia, que contribui para a manutenção da desigualdade social, dificultando a superação da pobreza pelas pessoas que vivem nessa situação. Através de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental através de mídias, jornais e revistas online, para colher dados noticiados sobre a realidade da violência no Brasil atual, concluímos reconhecendo como a educação em todos os setores - escola, família, mídia, vida pública - é fundamental para o combate à discriminação que persiste no senso comum, na lógica neoliberal de produção e descarte.

Palavras-chave: Aporofobia; Serviço Social; Pobrefobia; Conservadorismo; Desigualdade social.

ABSTRACT

CABRAL, Isabela Santos. **Aporophobia – poverty phobia: Problematizing the concept in the face of historical and persistent social inequality in Brazil.** [Completion of course work]. Santos: Institute of Health and Society, Federal University of São Paulo (UNIFESP); 2023

This study aims to examine the concept of aporophobia and discuss how it is practiced in Brazilian society, in order to contribute to the studies on the subject and considering the importance of professionals in Social Work appropriating this concept, so that they do not reproduce aporophobic practices in their professional work. Based on this, a brief review of the concepts of poverty is carried out to define who suffers from this phobia, as it is the professional role to work on social issues, in which inequalities are products, and the relationship between the increase in conservative thinking in Brazil and the extreme right-wing electorate is sought, along with the large amount of reports and news denouncing generalized violence against the poorest. In this way, it is possible to understand the role of non-poor individuals and institutions in perpetuating pobophobia, which contributes to the maintenance of social inequality, making it difficult for people living in poverty to overcome it. Through bibliographic research and documentary research through media, newspapers, and online magazines to gather reported data on the reality of violence in Brazil today, we conclude by recognizing how education in all sectors — schools, families, media, public life — is essential for combating the discrimination that persists in common sense and in the neoliberal logic of production and disposal.

Keywords: Aporophobia; Social work; Poverty phobia; Conservatism; Social inequality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - DA POBREZA E APOROFOBIA – POBREFOBIA: UM DEBATE NECESSÁRIO?.....	13
1.1 Sobre os conceitos de pobreza.	13
1.2 Conceitos da aporofobia (pobrefobia).	20
CAPÍTULO 2 – CONSERVADORISMO E APOROFOBIA – POBREFOBIA NAS PRÁTICAS SOCIAIS	34
2.1 O aumento do pensamento conservador e aporofobia.....	34
2.2 As práticas da aporofobia – pobrefobia.	48
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS.....	61
ANEXO I – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	67

INTRODUÇÃO

Esse estudo nasceu das reflexões acerca das diversas violências que atingem diretamente a população em situação de vulnerabilidade social, em especial no contexto brasileiro, marcado por uma história de colonialismo escravista, exploração de recursos naturais e de força de trabalho em busca de uma riqueza que sempre se concentrou na mão das elites. Só a partir do fim da escravidão e início da República que a pobreza urbana começou a ser considerada como reflexo do modelo de relação entre Estado e sociedade, capital e trabalho, ou seja, dos modos de produção (CERQUEIRA, 2011):

Cabe lembrar que uma análise crítica da 'questão social' no tempo presente exige que sejam lembrados os processos de formação do país, desde a colonização, um empreendimento mercantil, que caminhou na direção de uma economia composta de senhores e escravos, na qual as marcas do patrimonialismo-paternalista vão plasmar a sociedade brasileira. "O par senhor-escravo assentou as bases de uma estrutura social bipolar, que formou a maior parte da nação. A casa grande e a senzala são o brasão dessa sociedade" (Oliveira, 2018: 29). Desse modo é fundamental não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes, bem como as características próprias da questão social brasileira (YAZBEK, 2019, p. 90).

A fim de compreender a lógica de reprodução dessas violências, visto que elas contribuem para a manutenção das desigualdades, dificultando a superação da pobreza pelos indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social, este estudo buscou como referência o conceito relativamente novo da "aporofobia", termo cunhado por Adela Cortina (2020) para o ódio, rejeição, ojeriza, repulsa ao pobre.

Cortina (2020, n.p.) aponta a importância de dar nomes às coisas para incorporá-las ao mundo humano do diálogo, da consciência e da reflexão, e além disso, para conseguir apontar o dedo às realidades sociais que não devem ser ignoradas. Só assim se combate ideologias prejudiciais à sociedade que, se forem silenciosas, podem ser ainda mais efetivas, pois não poderíamos buscar meios de combate. Ela afirma que todas as fobias são tão velhas quanto a humanidade, mas que necessitam de um nome para que possamos criticá-las.

A partir daí, podemos compreender que a aporofobia (pobrefobia) é a raiz para muitas fobias e injustiças cometidas contra os pobres, já que a diferença que a população é tratada é na maioria das vezes baseada na classe social a qual

pertencem, por exemplo, não se odeia turistas, que contribuem com o comércio e estimulam a economia, porém se odeia refugiados, pois não trazem recursos, e sim “problemas” (CORTINA, 2020, n.p). Para Cortina, na maioria das vezes existe uma raiz aporofóbica para todas as fobias, uma vez que o problema não é somente a raça, a etnia ou o estrangeiro: é a pobreza.

Na atualidade, com o aumento do pensamento neoliberal, a pobreza é vista como um problema individual-pessoal, e a manutenção dos direitos sociais é diminuída no papel do Estado, e transferida para a sociedade civil, através do terceiro setor, da filantropia, do voluntariado e da solidariedade da população (MONTAÑO, 2012). Essa realidade substitui os direitos constitucionais dos cidadãos, de proteção social, e aumenta a lógica moralista de caridade, onde o pobre passa a ser responsabilizado e culpabilizado por sua situação, pois a noção do direito humano é substituída pela “caridade”, que está subordinada às condições que contribuem para os estigmas que fortalecem a aporofobia.

Visto a pouca quantidade de estudos referentes ao tema e reconhecendo a importância do domínio deste conceito para o trabalho do assistente social, uma vez que a profissão está pautada nas contradições entre capital e trabalho, sendo o assistente social um mediador entre ambos, trabalhando em meio à lógica capitalista, no âmago da questão social, como afirma Yazbek (YAZBEK, 2020 apud YAZBEK, 2009, p.3), o enfrentamento às diversas desigualdades faz parte da intervenção profissional, que é desvendado em sua inserção na sociedade. Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender os conceitos dessa fobia e os impactos na sociedade, em meio ao cenário político brasileiro.

Sabemos, pelo debate acumulado no âmbito do Serviço Social, que a questão social e a desigualdade são elementos estruturantes da sociabilidade capitalista (YAZBEK, 2020, p.298). E para Cortina (2020) as desigualdades sociais constituem a base da aporofobia, ou seja, as práticas das violências aos pobres, em todos os setores contribuem para a manutenção da desigualdade e da pobreza, pois os pobres perdem espaço para ascender socialmente, se empoderar, superar suas limitações.

Inclusive, é importante que o profissional reconheça práticas aporofóbicas nos serviços de trabalho, que podem vir tanto dos profissionais, quanto das políticas institucionais e de políticas públicas. Para isso, a base deste estudo foram os níveis de pobrefobia categorizados por Flavio Comim (2020): micro, meso e macro.

Em um ambiente profissional, o assistente social pode ser aporofóbico, por exemplo, ao condicionar o acesso dos usuários ao direito que o serviço dispõe, por julgamentos morais relativos ao merecimento, muito reforçado numa sociedade conservadora. O conservadorismo, inclusive, esteve presente na gênese da profissão, marcada por fundamentos doutrinários positivistas e conservadores (YAZBEK, 2020):

Nas últimas três décadas, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto, para a profissão, sob a direção do pensamento marxiano e da tradição marxista, com múltiplas faces. E tendo esses referentes como balizamento é que devemos enfrentar a ofensiva conservadora colocada, nesta difícil conjuntura (YAZBEK, 2020, p.296).

Além disso, o profissional pode se deparar com políticas institucionais burocratizantes que dificultam o acesso (e podem se tornar excludentes) das pessoas em situação de vulnerabilidade social, como por exemplo, a exigência de documentos comprovantes de residência em unidades de saúde, quando parte dos pacientes que acessam o serviço são população em situação de rua ou pessoas que moram em condições precárias, em cortiços, onde os contratos são informais e não há papéis que comprovem a moradia. Cabe ao assistente social um trabalho de perpassar pela burocratização e auxiliar o paciente e usuário a conseguir acesso ao direito, mesmo que exija mais esforço profissional.

Essas formas de expressar a violência estão relacionadas com o estigma, que é um mecanismo eficaz de exclusão social (GOFFMAN, 1988). A pobreza e os pobres são grupos socialmente estigmatizados, associados a valores negativos como criminalidade, sujeira, preguiça, doenças e vícios. Esses estigmas reforçam o sofrimento dessa população, que não encontra apoio em diversos espaços da sociedade, muitas vezes nem em ambientes de acolhimentos, próprios da assistência social, sofrendo aporofobia.

Para este estudo foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfico com levantamento, estudo e análise de artigos e livros publicados sobre o tema da aporofobia, desigualdade social e violência à população em situação de vulnerabilidade social, em especial a população em situação de rua, que sofrem violações de direito diárias e expressivas, com inclusive muitos crimes de ódio.

Ademais, considerando que o conceito da pobrefobia é relativamente novo no Brasil, com poucas pesquisas científicas, também foi utilizado o método de pesquisa

documental, com referências de documentos, reportagens de jornais e revistas online, além de mídias sociais, com o intuito de reconhecer a prática da pobrefobia na realidade social brasileira, onde diariamente são registrados casos políticos e de violência individual e institucional, que serviram como dados empíricos ao tema.

No capítulo 1 trazemos um debate sobre a pobreza, buscando conceitos e definições, considerando a importância da sua compreensão para se ter uma análise mais clara dos objetos de estudo, e a fundamentação do trabalho social consiste na compreensão crítica da sua realidade, para atuar de maneira eficiente em seus campos de trabalho. Tomamos como referência o economista indiano Amartya Sen (2000), que conceitua a pobreza como falta de liberdade, reforçando o conceito de multidimensionalidade das vulnerabilidades e a importância de não se ter só renda como critérios ao se estudar a pobreza.

No mesmo capítulo levantamos um estudo acerca da aporofobia, destrinchando suas definições, com base nos estudos da Cortina (2020) e Comim (2020). Trouxemos os graus de práticas aporofóbicas, definidos por Flavio Comim, utilizando exemplos, como o da gentrificação, arquitetura hostil e do higienismo nas políticas públicas e institucionais. O objetivo é nos apropriarmos do conceito para que consigamos reconhecê-los nas práticas sociais.

No capítulo 2 buscamos um debate acerca do crescimento do pensamento conservador no Brasil que, aliado ao modelo neoliberal, pode reforçar práticas aporofóbicas na sociedade, através de padrões moralistas e estigmatizantes que dominam o senso comum e de políticas que reduzem a efetividade do Estado na garantia da proteção social. No final, trazemos um compilado de notícias de jornais, revistas e mídias online em que são relatados casos de violências aos pobres, em especial à população em situação de rua, que podem ser interpretados como aporofobia, a fim de compreendermos através de dados empíricos esta realidade social.

CAPÍTULO 1 - DA POBREZA E APOROFOBIA – POBREFOBIA: UM DEBATE NECESSÁRIO?

1.1 Sobre os conceitos de pobreza.

O debate sobre a pobreza é constante durante a formação no Serviço Social, visto que a profissão justamente surgiu da necessidade de intervenção na tensão gerada pelo sistema capitalista e as desigualdades. As questões sociais são os problemas que afetam a vida das pessoas, oriundos da desigualdade social produzida pelo sistema capitalista: a pobreza, a violência, a discriminação, a precarização dos sistemas públicos e do trabalho, entre outros. Por se tratar de uma dimensão estrutural, a questão social se redefine, assumindo novas configurações e expressões na relação de trabalho e classes sociais. Citando estudos de Yazbek (2001, p.33), Iamamoto (2010) relata que em uma sociedade de classe, a questão social é um elemento central da relação entre profissão e realidade, tendo a pobreza e as desigualdades sociais, políticos, econômicos e culturais como resultantes (IAMAMOTO, 2010, p.188).

Nesse sentido, o trabalho do assistente social deve estar fundamentado na compreensão crítica da realidade social, com possibilidade de atuar em diversos meios, como a saúde, pesquisas, educação, assistência, justiça, tendo como aliado programas sociais e políticas públicas que atendam às populações em vulnerabilidade social. É necessário buscar compreender o que é a pobreza e quem são os pobres, pois a definição desses conceitos permite uma visão mais clara e analítica dos objetos de estudo (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

O objetivo deste capítulo não é apresentar algo inovador, mas sim trazer à tona um debate existente e posteriormente compará-lo com a realidade que vivemos no Brasil.

A preocupação sobre a redução e combate à pobreza está no centro dos debates mundiais de desenvolvimento humano e econômico. Existe uma agenda global adotada pelos países membros das Nações Unidas em 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas até 2030, a ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a meta no Brasil é até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20 por dia.

A linha da pobreza é uma medida relativa, baseada nos custos de vida e renda, usada periodicamente como base para auxílios federais, programas de transferência de renda. Levando em conta esses critérios, em 2021 eram considerados extremamente pobres famílias que dispunham de menos de US \$1,90 por dia, uma renda mensal de R\$168 e eram considerados pobres aqueles que tinham menos de US \$5,50 por dia, equivalente a uma renda mensal de R\$486 (SILVEIRA, G1)¹.

A medida relativa é eficiente pela análise baseada nas realidades do lugar que se vive, uma vez que o valor do dinheiro e o poder de compra não é o mesmo em todas as regiões e pode ser mais prática para gestão e execução de políticas públicas, mas é limitada quando se pensa no combate a pobreza, porque a pobreza é multidimensional.

Existem medidas de pesquisa adequados à índices complexos, como o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que leva em conta não apenas a renda, mas a falta de acesso a serviços básicos de saúde, saneamento, moradia e educação, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que analisa a expectativa de vida da população, o nível de escolaridade, analfabetismo, educação.

Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU, Flavio Comim (2021), economista e professor titular da Universidade Ramon Llul em Barcelona e da Universidade Cambridge na Inglaterra, afirmou que no Brasil a linha da pobreza é uma peça de ficção, visto que muitas pessoas acima da linha de pobreza vivem em situação de insegurança alimentar. Essa situação é evidente em dados coletados por Flavio Comim e um grupo de pesquisadores, realizado em mais de 10 bairros conhecidos pela situação de vulnerabilidade social em Porto Alegre, e foi constatado que a renda média, na amostra, é de R\$626,00 e a renda familiar média é de R\$1178,00. Entretanto, os critérios para a avaliação não foram monetários, mas sim pelas condições de vulnerabilidade social que essas pessoas viviam: moradias precárias, condições de empregos duvidáveis, a maioria na informalidade. É notável, que mesmo com esses valores acima da linha da pobreza, apenas 22% deles

¹ SILVEIRA, Daniel. Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 02/12/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 02/02/2023.

puderam ser considerados como vivendo com segurança alimentar (COMIM, et al., 2016).

Para Amartya Sen, professor, pesquisador e economista indiano, vencedor do Prêmio Nobel de Economia (1998), a liberdade dos indivíduos é elemento constitutivo básico (SEN, 2000, p.31), e sua visão sobre pobreza é muito precisa: a falta de liberdade. A liberdade é um aspecto fundamental para o desenvolvimento humano, afinal, a pobreza não deve ser vista apenas como uma questão de renda, mas como privação de capacidades, possibilidades e empoderamento para o cuidar da própria vida. Quando o indivíduo não consegue ser agente de sua vida, fica à mercê da sorte, de políticas públicas e da caridade. (CORTINA, 2020).

Porém, ele não teve como objetivo negar a importância dos aspectos monetários na definição da pobreza, mas que é importante analisarmos a via de mão dupla entre a questão de renda e de privação de capacidades:

(1) o baixo nível de renda pode ser a razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas. (SEN, Amartya. 2000. p.34)

Por exemplo, os negros que moram nos Estados Unidos, embora sejam considerados mais ricos quando o assunto é uma questão monetária, tem uma expectativa de vida menor do que pessoas nascidas em economias pobres como na China ou no Estado Indiano de Kerala. (SEN, 2000, p.37) Isso se dá por existirem condições de padrões de vida que podem se tornar mais ou menos favoráveis para a manutenção da vida, e ela varia de acordo com a região.

Existem filosofias antigas, mais fortemente seguidas na Índia, como o ascetismo, que visa o abandono e desapego de tudo que for mundano, na busca do domínio total sobre os sentidos - fome, apego, desejos. Viver essa vida desprovida do material é um meio de alcançar a libertação espiritual e um encontro com a verdadeira essência da alma, a ponto de abandonarem uma vida abastada e confortável, para viver de jejum e meditação em meio aos samanas. (HESSE, 2021)

A filosofia estoica é também uma vertente antiga de pensamento que prega a busca pela virtude e aceitação do destino. Nessa filosofia, uma vida boa não depende de riqueza e de buscar possuí-las, mas na sabedoria de dominar-se a si mesmo, a ponto de não se perturbar e ser infeliz, caso seja pobre. Como diz Cortina (2020, n.p)

nessas ideologias, “a pobreza é desejável precisamente porque se contenta com a satisfação das necessidades básicas e permite dedicar a vida ao trabalho do espírito.” Para Sêneca, um dos principais filósofos estoicos, a pobreza pode ser uma oportunidade para a autossuficiência e a independência, e que aqueles que são pobres podem aprender a viver com simplicidade e contentamento.

Esta medida de contenção só nos agradará se antes tomar-se gosto pela parcimônia, sem a qual nenhuma riqueza é o bastante, já que a modéstia também pode levar ao desperdício. Como se trata de recurso que está ao alcance de nossas mãos, se assumirmos a parcimônia, a própria pobreza poderá converter-se em riqueza. (SÊNECA; 2018, p.61)

Entretanto, essas propostas se tratam de opções de como viver a vida, baseada nos próprios valores e ideais. Nosso ponto de partida para o debate são as pobreza involuntárias, em especial brasileiras, estruturais na sociedade capitalista pós colônia, de pessoas que desejam ter suas necessidades básicas e suas aspirações realizadas, mas não têm os meios possíveis e mesmo com auxílios federais, não conseguem empoderamento o suficiente para serem inseridos na sociedade e ascender socialmente. Outra questão alarmante a ser considerada são as pessoas em situação de rua (que cresceu em 38% desde 2019) (BRUM, 2023, online).

Escutando de maneira ativa, encontramos casos de pessoas em situação de rua que alegam escolher viver naquelas condições, mas que tiveram uma vida de pobreza e incapacidades, muitas vezes físicas ou psicológicas, sem apoio, que os levaram a viver na completa pobreza das ruas. Como afirma Cortina (2020), “carecer de um lar supõe uma ruptura relacional, laboral, cultural e econômica com a sociedade, é uma clara situação de exclusão social.”

Nesse sentido, a ideia é que ter uma visão ampla torna a análise mais relevante, compreendendo as privações de capacidades, pobreza e liberdades humanas, com bases informacionais e pontos de referências mais variados (SEN, 2000), e para o profissional da assistência social, que vai lidar com todas as questões sociais, ter essa visão ampliada, buscando entender as diferentes dimensões da pobreza e suas causas estruturais é fundamental em qualquer área de atuação que trabalhe: saúde, jurídico, assistência, etc, pois em qualquer área esse profissional atua sendo o intermediário entre a população em vulnerabilidade e as políticas públicas. Além disso, se as pessoas decidem discutir sobre o aumento da pobreza no Brasil só

levando em conta as métricas relativas de renda, vão acabar tendo uma noção equivocada da realidade.

É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza. (CRESPO; GUROVITS; 2002, p.6)

Cortina (2020) traz uma visão subjetiva das realidades sociais e econômicas que estruturam a sociedade. Em sua análise, os pobres são aqueles que parecem não ser capazes de oferecer nada nas sociedades de troca. Essa visão parte do pressuposto de que vivemos em uma sociedade que valoriza as trocas econômicas e os indivíduos são avaliados de acordo com sua capacidade de consumir e produzir.

Pensando nas realidades brasileiras, podemos trazer o comentário de Comim (2021), o Brasil “nunca foi (e continua não sendo) um lugar que funcionou para os mais pobres.”

De nosso passado histórico extremamente violento, marcado pela escravidão e pelo desprezo às populações indígenas, nunca houve muita consideração com os mais pobres. Tivemos momentos civilizatórios, como a nossa Constituição de 1988, e benefícios provenientes de algumas políticas sociais recentes, como as transferências de renda condicionada, mas via de regra tratamos de um país no qual os 10% mais ricos ficam com 50% da renda declarada. (COMIM, 2021, online)²

De fato, a escravidão, uma prática que se estendeu de forma legal por séculos, teve como principal vítima a população negra e indígena. Esse legado histórico deixou profundas marcas na sociedade brasileira, culminando em uma desigualdade social que persiste mesmo após a abolição em 1888. Dados recentes do informativo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", divulgados pelo

² “O país da “Ordem e Progresso” é um país essencialmente aporofóbico”. Entrevista especial com Flavio Comim. 15/04/2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/608379> Acesso em: 10/05/2023.

portal UOL³ em 2019, mostram que os índices de pobreza no Brasil são mais elevados entre a população negra e as mulheres, que frequentemente enfrentam barreiras adicionais para acessar oportunidades de educação e emprego.

Os números são alarmantes: negros representam 75% dos mais pobres, enquanto brancos compõem 70% dos mais ricos, mesmo que a população negra corresponda a 54% do total. É evidente que as questões de gênero e raça devem ser levadas em consideração quando abordamos a pobreza, e que o combate ao racismo é fundamental para alcançar a justiça social e a redução da pobreza estrutural. Nesse sentido, a luta contra a desigualdade racial é uma importante ferramenta de reparação histórica.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza aumentou 22,7% na comparação com 2020 e pessoas em situação de extrema pobreza aumentaram 48,2% no mesmo período. Apesar do contexto de pandemia da covid-19, que foi um fator de grande impacto nos setores econômicos, afetando principalmente as populações mais vulneráveis, é importante ressaltar que a pobreza não é um problema recente e o sistema público, mesmo antes, caminhava em passos lentos na tentativa de redução dos impactos da desigualdade. O Governo Federal implementou algumas medidas de auxílio para tentar conter os efeitos da crise, como o Auxílio Emergencial, mas não foram o suficiente para evitar todo o desgaste econômico. (SILVEIRA, G1)⁴.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com uma grande disparidade de renda entre ricos e pobres. De acordo com o IBGE, em 2020, os 10% mais ricos detinham cerca de 43% da renda do país, enquanto os 10% mais pobres

³ DESIDÉRIO, Mariana. Renda de brancos é duas vezes a de pretos e pardos – e a diferença cresceu. UOL, São Paulo, 11/11/2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/11/11/renda-de-brancos-e-o-dobro-da-de-pretos-e-pardos-e-a-diferenca-aumentou.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,%25%20do%20rendimento%20dos%20brancos>). Acesso em: 20/07/2023

⁴ SILVEIRA, Daniel. Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 02/12/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 02/02/2023.

possuíam apenas 0,8% da renda. O maior aumento da desigualdade foi no Nordeste, onde o 1% dos mais ricos aumentou 11%. (PERET, 2019, online)⁵.

Na literatura brasileira, temos como grande exemplo Carolina Maria de Jesus, escritora brasileira e catadora de papel, que enfrentou e documentou as dificuldades de viver na favela do Canindé, em São Paulo, durante os anos 1950 e 1960. Seu livro autobiográfico, intitulado "Quarto de Despejo", publicado em 1960, tornou-se um grande sucesso nacional e internacional, sendo uma referência sobre a vida na favela e o quanto as pessoas em situação de pobreza são marginalizadas e tratadas com condições sub-humanas.

Carolina de Jesus (2014) afirmou que “o pobre é o quarto de despejo da sociedade”. Em outras palavras, ela denuncia como a sociedade trata os pobres como se fossem objetos indesejados ou lixo, relegando-os a condições precárias de moradia, trabalho e acesso aos direitos básicos. Sua fala, proferida com a propriedade de quem sabe o que é ser pobre, negra, mãe solteira e moradora de uma favela, é um alerta para a desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira e para a aporofobia.

Carolina viveu na pele a pobreza no Brasil, com todas as privações que permeia essa dura realidade, o descaso das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, sofrendo violação de direitos generalizada, que os pobres sofrem em todos os âmbitos. Seu legado literário é uma contribuição importante para que possamos compreender e enfrentar as injustiças sociais presentes na nossa realidade.

⁵ PERET, Eduardo. Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre. Agencia de notícias IBGE. 16/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>. Acesso em: 04/04/2023.

1.2 Conceitos da aporofobia (pobrefobia).

De uma maneira introdutória, podemos dizer que aporofobia significa medo, aversão e rejeição aos pobres. Esse termo foi cunhado pela filósofa Espanhola Adela Cortina, a partir da palavra “aporos” (que significa “sem recursos”) e fobia (que significa “medo irracional”). A aporofobia é considerada uma forma de discriminação que afeta principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade social, como os imigrantes, refugiados e pessoas em situação de rua. Pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a negação de emprego, moradia, serviços de saúde ou educação, e até mesmo violência física.

O livro escrito em 2017 por Adela Cortina: *Aporofobia, A Aversão ao Pobre: Um Desafio Para a Democracia* (2020), traz a discussão de maneira completa sobre essa problemática social. Essa obra da Cortina tem sido amplamente reconhecida e premiada, e Cortina é uma das vozes mais importantes na luta contra a aporofobia e outras formas de discriminação na Espanha e em todo o mundo, sendo a base principal desse estudo.

Não que seja um problema novo, as relações conturbadas entre classes sociais, fruto das diversas desigualdades são tão velhas quanto a humanidade, porém, até que um problema seja devidamente nomeado e estudado, pode passar despercebido, como um simples comportamento instintivo humano, natural, como ela mesmo cita,

Conviria, pois, atender a um critério tão dificilmente discutível como o de dar nome a uma realidade social que é tão presente e dolorosa. Não para engrossar as páginas do dicionário, mas para ajudar a reconhecê-las, para incentivar o estudo de suas causas e para ver se as aceitamos ou se, pelo contrário, é preciso superá-las. É necessário fazer isso porque a rejeição ao pobre degrada quem o pratica e é um atentado cotidiano “contra a dignidade humana”, que é uma abstração, mas contra a dignidade e o bem-estar das pessoas de carne e osso que sofrem essa rejeição. (Cortina, 2020, n.p.)

Essa foi uma das motivações da Cortina, ao cunhar esse termo. Em 1 de dezembro de 1995 que ela publicou uma coluna nomeada de “Aporofobia”. Sua compreensão sobre ética, moral, economia e comportamento humano era profundo e enxergava as raízes de problemas como o racismo, terrorismo, xenofobia e todos os problemas relacionados com imigração, um debate muito propagado na Europa. Para Cortina, era claro que na base de todas essas fobias estava a aporofobia, ainda que não fosse devidamente rotulado.

Certamente, a história humana consiste, ao menos em certa medida, em ir dando nomes às coisas para incorporá-las ao mundo humano do diálogo, da consciência e da reflexão, ao ser da palavra e da escritura, sem as quais essas coisas não seriam parte de nós (...) Assim aconteceu com a xenofobia ou com o racismo, que são tão velhos quanto a própria humanidade e que já contam com um nome para que possa criticá-los. (CORTINA, 2020, n.p.)

Pelo Brasil, o debate sobre o tema começou a ser mais discutido desde que o livro de Cortina foi traduzido para o português e lançado pela editora Contracorrente, depois de 2017, desde então, o termo aporofobia tem sido cada vez mais utilizado por acadêmicos, ativistas e organizações que lutam pelos direitos dos mais pobres e desfavorecidos. No entanto, ainda é um tema pouco discutido na mídia e na sociedade em geral.

Temos em São Paulo o Padre Júlio Lancelotti, um importante defensor dos direitos dos mais pobres e vulneráveis que tem sido uma voz ativa no combate à aporofobia no Brasil. Ele é conhecido por seu trabalho junto à população em situação de rua na cidade, tendo atuado como coordenador da Pastoral do Povo da Rua de São Paulo por muitos anos, e fazendo ampla divulgação do assunto e dos seus trabalhos e pesquisas nas redes sociais e no Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, junto a Paulo Escobar, sociólogo e escritor que também vive trabalhando em defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade. O Observatório, organizado pelos dois, surgiu do engajamento de mais de 20 anos envolvidos com a população em condição de rua na cidade de São Paulo.

Padre Júlio tem denunciado publicamente a aporofobia e outras formas de discriminação contra os mais pobres e desfavorecidos, incluindo a violência policial, a falta de moradia adequada e o acesso limitado aos serviços públicos. Ele também tem sido alvo de ameaças e ataques por causa de seu trabalho, mas continua a defender os direitos dos mais vulneráveis de forma incansável.

Além disso, Padre Júlio e Paulo Escobar têm se engajado em diversas iniciativas e projetos para promover a inclusão social e a dignidade das pessoas em situação de rua, como a criação de abrigos temporários, a oferta de serviços básicos de saúde e a promoção de atividades culturais e esportivas. Sua atuação tem inspirado muitas pessoas e organizações a se envolverem na luta contra a aporofobia e outras formas de exclusão social no Brasil.

Atualmente, eles cunharam o termo “pobrefobia”, para substituir o de origem grega “aporofobia”, de modo a tornar mais acessível ao povo brasileiro:

Uma das questões que começamos a perceber com o tempo, foi a necessidade de tornar o termo mais acessível, mais próximo das vítimas da aporofobia, entendível, levando em consideração que grande parte da população brasileira não sabe ler grego ou não tem intimidade com termos nesta língua. Para que as vítimas possam se apropriar de sua luta é necessário que tomem o termo de forma mais acessível e entendível, até para que possam identificar e denunciar o mal que sofrem. (ESCOBAR, 2023, online)⁶

De fato, o termo grego “aporos” não é similar com a cultura e vocabulário brasileiro, não sendo intuitivo para a compreensão, quando discutido no dia a dia, por pessoas comuns. Essa distância com o termo dificulta a sua expansão no conhecimento popular, algo que é de grande importância, principalmente quando precisamos identificar situações onde acontecem violências motivadas pela fobia aos pobres. Além disso, é importante que a própria população pobre consiga se apropriar desse conceito, a fim de reconhecer as violências que sofrem, de forma a conseguirem combatê-la.

Mas afinal, de uma maneira mais objetiva, como enxergar essa pobrefobia? Para Cortina (2020), a aporofobia tem suas raízes da desigualdade social e é a base de todas as outras fobias. Quando se questiona as motivações dos ódios aos estrangeiros e de toda a burocracia política que dificulta a entrada de refugiados, se ouvem questões como incômodos, invasão, perturbação e pobreza. Afinal, o problema não é a pessoa ser estrangeira, é ela ser pobre. O turista, que chega de avião, gasta seu dinheiro fortalecendo a economia local e tem data para ir embora é bem vindo e adorado, fica então evidente que a xenofobia é direcionada aos pobres, que não tem condições de gastar, mas precisam de ajuda e de emprego, que fugiram de condições de vidas precárias e perigosas na esperança de uma vida melhor.

Essas pessoas se tornam “mendigos” e são invisibilizadas mundialmente, entregues as mais diversas vulnerabilidades que a rejeição num âmbito macro pode proporcionar. Isso se dá pela forma contratualista de viver nessa sociedade capitalista, de produção em larga escala e de busca incessante por ter valor pelo que se tem, acima do que se é. Não que esses estudos sugiram que não devemos trabalhar,

⁶ ESCOBAR, Paulo. Pobrefobia. JUDAS, As botas de, 21/05/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniao/pobrefobia/>. Acesso em: 07/06/2023.

produzir e viver as trocas sociais, baseadas nas diferentes potencialidades e desigualdades naturais, pois, apesar da aporofobia ser reproduzida a partir de relações assimétricas, não basta isso para que ela exista: é um estado contratualista e superficial, onde não se respeita, não se interessa e não se trata como indivíduo de valor quem não possui nada vantajoso para oferecer em troca, nesse jogo de relações. (COMIM, et al., 2020):

No mundo das trocas, os pobres provocam um sentimento de rejeição porque só apresentam problemas para quem, na realidade, só deseja ajuda para prosperar; suscitam desprezo quando são vistos de uma posição de superioridade, medo quando geram insegurança e, na melhor das hipóteses, impaciência para se livrar deles (...). (CORTINA, 2020, n.p.)

Ademais, é importante destacar que a aporofobia pode se manifestar em diferentes dimensões, como apontado por Flavio Comim (2020), co-autor do estudo sobre as múltiplas dimensões da aporofobia. São elas: micro, meso e macro, havendo lacunas entre os níveis de manifestação que variam desde opiniões pessoais (como evitar contato com pessoas em situação de rua para evitar problemas) até as formas mais extremas, como crimes de ódio e homicídios. (COMIM, et al., 2020).

De acordo com os estudos de Cortina (2020), a aporofobia e os discursos de ódio em geral estão direcionados a uma coletividade a qual o odiado representa. Não se odeia o indivíduo, mas a dissolução da pessoa no coletivo, e isso é mais claro na aporofobia, pois a pobreza involuntária não é uma característica individual, porque ninguém decidiu que quer ser pobre, tirando algumas exceções, como nas observações supramencionadas sobre a pobreza. Não se odeia “este morador de rua”, mas sim a coletividade de população que vive nessa situação, e o que se julga que eles representam.

A associação comumente estabelecida entre pobreza e problemas como sujeira e incapacidade pode ser analisada sob a ótica do conceito de "falta de liberdade" proposto por Sen (2000). De acordo com essa visão, a pobreza representa uma privação das liberdades fundamentais do indivíduo, o que faz com que pessoas não pobres procurem manter distância da condição de pobreza, temendo as consequências de uma vida sem acesso a oportunidades para ser pleno com suas próprias convicções, ter chances de sucesso, acesso a serviços de saúde de qualidade, autocuidado e bem-estar. (CORTINA, 2020).

A visão que relaciona pobreza com preguiça e falta de vontade de trabalhar tem sido amplamente difundida no Brasil desde os anos 90, influenciada pelo pensamento neoliberal. Esse tipo de pensamento promove a ideia de que cada pessoa tem o poder de moldar sua própria vida e sucesso, independentemente das circunstâncias sociais e econômicas em que se encontra. Essa visão ignora a complexidade das questões que envolvem a pobreza e as desigualdades sociais, e tende a culpar as próprias pessoas por sua situação de vulnerabilidade.

No entanto, quando compreendemos a aversão aos pobres e marginalizados, podemos perceber como essa ideologia é prejudicial e contribui para perpetuar a pobreza e a exclusão social. A aporofobia não é apenas um sentimento individual, mas um fenômeno social que se manifesta através de instituições públicas e privadas. Ela se reflete em políticas públicas excludentes, na falta de acesso a serviços básicos, na discriminação no mercado de trabalho, entre outros aspectos.

A partir dessa perspectiva, fica evidente como a superação da pobreza se torna uma tarefa ainda mais difícil, uma vez que é preciso enfrentar não apenas as dificuldades socioeconômicas, mas também a discriminação e o preconceito enraizados na sociedade. Ou seja, as questões da pobreza são, também, responsabilidade dos não-pobres e das instituições, e não apenas do pobre, como único responsável pela própria vida.

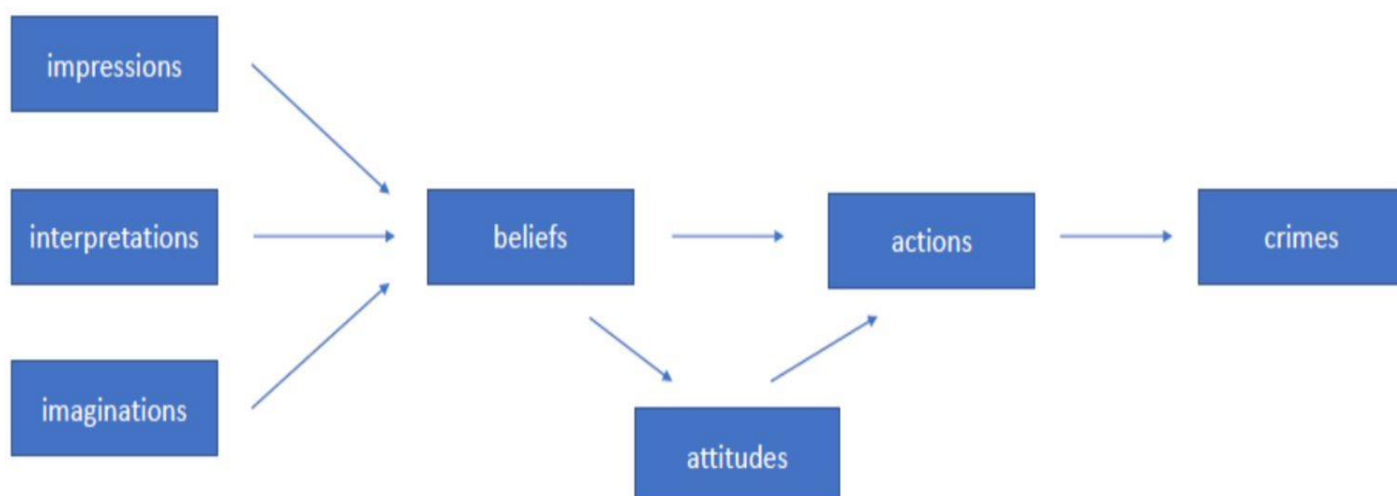
Por isso, é fundamental adotar uma abordagem mais ampla e integrada, que leve em conta não apenas as necessidades materiais das pessoas, mas também suas demandas sociais e culturais, e promova a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos.

Vamos tentar compreender essas manifestações do comportamento aporofóbico pelas categorizações definidas por Comim (2020):

A aporofobia micro abrange os aspectos psicológicos e emocionais, nossas trajetórias e formação de ideias e conceitos, como indivíduos (COMIM, et al., 2020) Esses aspectos psicológicos formam nossa visão de mundo e justificam a maneira que nos relacionamos com os outros e que reagimos às situações do dia a dia.

Essa relação foi transcrita no gráfico abaixo:

Gráfico nº 1 – Aporofobia Micro.



(Fonte: Comim, Flavio; Borsi, Mihály Tamás; Valerio Mendoza, Octasiano. The Multi-Dimensions of Aporophobia, 2020. p.8)

De uma maneira mais complexa, eles categorizam como as impressões, interpretações e imaginações de cada pessoa forma suas crenças, mas que essas formas de assimilação de fatos podem ser deturpadas por heurísticas. Como heurística, entendemos que "é um atalho mental que nosso cérebro pega para resolver problemas ou fazer julgamentos de uma maneira mais rápida e eficiente. Por outro lado, um viés cognitivo é um erro que o cérebro humano comete ao se basear em pré-julgamentos nas tomadas de decisões." (JEHNIFFER, 2022, online).

Ou seja, nosso cérebro muitas vezes nos condiciona a assimilar informações de uma maneira que é mais conveniente com nossas crenças e visões de mundo. "Na vida real, as pessoas cometem erros e seus julgamentos são frequentemente tendenciosos porque são informados por uma ampla variedade de heurísticas." (COMIM; et al., 2020, p.8).

Trazendo exemplos do estudo do Comim (2020) temos como heurística de familiaridade: "A impressão de familiaridade dá às pessoas a impressão de verdade; a repetição induz ao alívio cognitivo", sendo uma situação de aporofobia: "Para os não pobres, as informações sobre os pobres muitas vezes são escassas ou imprecisas. Como eles não estão familiarizados com o mundo dos pobres, não há facilidade cognitiva em relação a eles". Como heurística de afeto: "Os gostos e desgostos dos indivíduos determinam suas crenças sobre o mundo", como situação de aporofobia: "As atitudes emocionais dos não pobres em relação aos pobres conduzem suas

crenças; assim, alguns argumentos legítimos sobre os pobres são totalmente ignorados.” (COMIM; et al., 2020, p.9).

É importante reconhecer o papel da mídia na construção dessas heurísticas. Por exemplo, é notável a existência de uma representação estereotipada de certos grupos sociais na mídia, especialmente no que diz respeito à população negra e aos moradores de favelas. A exposição constante desses indivíduos como criminosos ou pessoas ligadas ao crime em programas televisivos, jornais e outros meios de comunicação acaba por criar na mente das pessoas a associação automática entre esses grupos e a violência e outros estereótipos negativos. Mesmo quando são apresentados casos de pessoas desses mesmos grupos com uma trajetória de vida positiva, é comum que sejam vistas com desconfiança e preconceito, devido ao impacto duradouro da representação negativa ao longo do tempo.

Não significa que essas heurísticas sejam necessariamente um aspecto negativo na vida social, mas é importante a consciência desses modos de assimilação de informação e compreensão individuais de mundo, para entendermos que nossos julgamentos podem ser errados, ainda que façam sentido com nossas convicções morais, e no que se trata o ferir da dignidade dos outros - em especial das pessoas em vulnerabilidade-, se faz ainda mais importante a conscientização e a busca de uma humanização no olhar das pessoas não-pobres sobre as pobres.

Em síntese, a aporofobia micro é uma manifestação individual dos nossos medos, crenças e fobias que se reflete em nossas atitudes em relação às pessoas em situação de vulnerabilidade. Ela se manifesta em nossos olhares de reprovação, nojo ou repulsa, na maneira como evitamos certos espaços da cidade e na indignação ao ver essas pessoas pedindo dinheiro "ao invés de trabalhar" quando estão pelas ruas que costumamos passar, além de como atravessamos a rua ou fechamos os vidros da janela dos carros para não precisarmos atender a nenhum pedido de ajuda.

Já a aporofobia meso refere-se à discriminação e exclusão sistemáticas das pessoas que vivem em situações de pobreza, vulnerabilidade e marginalização social por parte das instituições. Isso pode incluir instituições governamentais, como a polícia e o sistema judicial, bem como instituições privadas, como empresas e organizações sem fins lucrativos. A rejeição e o mau tratamento, o atendimento inferiorizado e desmerecido em hospitais e escolas, a forma que instituições públicas ou privadas

excluem os pobres, através de regras que beneficiam os não-pobres. (COMIM; BORSI; VALERIO, 2020).

Nos hospitais, a aporofobia pode ocorrer quando os profissionais de saúde discriminam ou negligenciam pacientes com base em sua condição socioeconômica. Isso pode incluir tratamento diferenciado em relação à qualidade dos serviços de saúde, disponibilidade de medicamentos e equipamentos adequados, entre outros fatores.

Da mesma forma, nas escolas, a aporofobia pode se manifestar quando os alunos de baixa renda são tratados de maneira diferente em relação aos outros alunos. Isso pode incluir a falta de recursos adequados, acesso limitado a atividades extracurriculares, professores menos experientes e falta de oportunidades educacionais iguais.

É verdade que na prática pode ser difícil explicar e desembaraçar um ato aporofóbico de uma motivação individual ou como resultado de certas características institucionais. É mais provável que tais atos resultem de uma combinação de fatores, como regras formais, normas institucionais, culturas locais, entre outros, e não parece muito produtivo tentar separar analiticamente a influência desses fatores quando eles são produzidos em conjunto. Em vez disso, um procedimento mais interessante e produtivo parece ser a identificação de características institucionais formais e informais, protocolos, normas e preconceitos contra os pobres. (COMIM, et al., 2020, p.10)

Além disso, a aporofobia institucional pode ser observada em práticas discriminatórias, como revistas policiais excessivas ou abordagens desrespeitosas com pessoas negras, em situação de rua ou em situação de vulnerabilidade social. Essas práticas podem levar à violência policial, detenções injustas e encarceramento em massa de pessoas em situação de pobreza.

Essas práticas, praticadas por não-pobres, quando reforçadas por regras e normas institucionais, são tidas como práticas racionais e justificáveis diante das circunstâncias, não sendo percebidas como aporofobia.

Já a macro aporofobia se refere a processos econômicos e políticas governamentais que rejeitam os pobres na luta social pela definição da distribuição de recursos na sociedade. Isso resulta em sociedades que produzem organismos sociais, estruturas de mercado e ideologias econômicas que impulsionam as realizações dos não pobres, em particular dos ricos, levando a níveis mais altos de concentração de renda e riqueza. (COMIM, et al., 2020, p.12).

Essa desigualdade econômica é transmitida para as políticas governamentais, que muitas vezes são também aporofóbicas, pois impostos regressivos e gastos públicos que beneficiam os não pobres ampliam o problema. Mesmo quando os governos tentam introduzir políticas pró-pobres, como programas de transferência condicional de renda, podem enfrentar dificuldades na implementação devido às críticas negativas da opinião pública (dos não pobres).

Assim, a macro aporofobia é um fenômeno complexo que envolve a interação de vários fatores econômicos, sociais e políticos que rejeitam os pobres na luta pela distribuição de recursos na sociedade.

Podemos citar como prática ligada a aporofobia a arquitetura hostil. Arquitetura hostil é um termo usado para descrever espaços urbanos projetados de forma a excluir ou dificultar a vida, a locomoção e a permanência de pessoas, muito comum para excluir pessoas em situação de rua, que têm o costume de ocupar espaços públicos, ruas e muitas vezes dormir na frente desses espaços, sendo vistos como transtornos e invasores.

Pode ser considerada tanto uma aporofobia micro (quando parte de um espaço privado, por exemplo uma casa própria, onde o dono do espaço decide construir esse tipo de arquitetura), meso (quando a exclusão ocorre em um nível mais localizado, como em um prédio, escolas, instituições), quanto uma aporofobia macro (quando a exclusão ocorre em nível mais amplo, com decisões do Governo que afetam bairros inteiros ou até mesmo cidades inteiras, além da construção de bancos com divisórias em praças públicas, por exemplo).

Padre Júlio Lancellotti é uma referência na resistência contra a arquitetura hostil e na luta pelos direitos humanos de pessoas vulneráveis. Ele utiliza suas redes sociais para denunciar a exclusão de moradores de rua em diversos locais do Brasil, onde obstáculos como pedras, objetos pontiagudos, estacas e outros, são utilizados para impedir que essas pessoas permaneçam nesses espaços.

Além disso, Padre Júlio já foi pessoalmente remover obstáculos de lugares públicos, usando marretas, como forma de protesto e conscientização. No entanto, essa postura tem gerado críticas de uma parcela da população que não compreende a importância da inclusão social e se incomoda com a presença de moradores de rua em espaços públicos.

Abaixo, imagem que mostra arquitetura hostil em viaduto na entrada da cidade de Santos:

Figura nº 1 – Arquitetura hostil em Santos.



(Foto: Nair Bueno)⁷

É importante ressaltar que a batalha política travada pelo Padre Júlio é fundamental na promoção dos direitos humanos e na luta contra a exclusão social. No entanto, em um contexto de crescente pensamento neoliberal e conservador, a postura do Padre tem sido arduamente criticada por ser associada a ideias comunistas e ao Partido dos Trabalhadores (PT), que é reconhecido por suas políticas de inclusão social e combate à extrema pobreza. A maior parte das críticas e ameaças ocorrem em sua página no Instagram, pois a rede social facilita o anonimato e o alcance de uma grande quantidade de pessoas.

Em entrevista concedida ao programa Na Pausa - Casos Reais (2022)⁸ Padre diz,

“A aporofobia está presente em todos nós e todos os dias vivemos uma lógica do descarte. A população que está em situação de rua está também

⁷ Diário do Litoral, 2022. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/santos/arquitetura-hostil-pode-estar-perto-do-fim-em-santos/162609/>. Acesso em: 05/04/2023.

⁸ Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. Na Pausa - Casos Reais. 17/05/2022. Disponível em: <<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/sair-da-hostilidade-para-a-hospitalidade-e-a-melhor-forma-de-vencer-a-aporofobia-afirma-padre-julio-lancelotti-no-napausa-casos-reais/>>. Acesso em:16/04/2023.

descartada. Quando passamos a apoiar o lado descartado, automaticamente somos descartados também, ou seja: quando você está dos lados fortes, você é considerado forte, agora quando você está do lado dos pequenos, você vai gerar um incômodo nos mais fortes e passa a ser julgado por isso. Então, o maior medo que eu tenho, é o da aporofobia que está dentro de nós, onde muitas vezes não lutamos para erradicar a pobreza e sim para culpabilizar e criminalizar o pobre.”

E o Padre afirma em entrevista que “um projeto arquitetônico pensado a partir do sistema neoliberal, só pode ser hostil.” Isso se dá pois o mercado imobiliário movimenta muito dinheiro pelo país, e é alvo de grande interesse de políticos e grandes empresas privadas e empresários, fazendo com que prédios de grandes investimentos, pensados na classe média alta, querem estar localizados em lugares bem distantes de áreas pobres ou onde se encontram moradores de rua, ou, se são construídos nesses locais, os moradores acabam sendo retirados a todo custo de lá, através da arquitetura hostil. (BARATTO, 2022, online)⁹.

Foi promulgada em dezembro de 2022 a Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe o uso de arquitetura hostil em espaços públicos. (Planalto, 2022, online)¹⁰. Essa lei é um desafio a ser enfrentado pelas administrações estaduais e municipais, de se adequarem às novas regras e tem o apoio do religioso, inspiração ao nome da lei, que está mapeando os lugares onde existe essa arquitetura, junto ao ministério público na coordenação de urbanismo.

Também vemos isso nas cidades como o processo de gentrificação, que é o termo que designa o processo de segregação socioespacial vivenciado em áreas urbanas, caracterizado pela valorização acentuada de determinada área, essa valorização imobiliária atrai investidores e pessoas de alta renda, que acabam deslocando os moradores originais da área, muitas vezes por meio de preços de aluguel e venda elevados. (CAMPOS, 2022, online)¹¹.

Esse processo aumenta ainda mais as lacunas entre as classes sociais, fazendo com que as cidades sejam separadas por bairros muito distintos, onde é bem

⁹ BARATTO, Romullo. Arch Daily. 03/03/2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/976196/nossas-arquiteturas-sao-muito-hostis-e-pouco-hospitais-entrevista-com-padre-julio-lancellotti>. Acesso em: 16/04/2023.

¹⁰ Presidência da República. Secretaria Geral. 21/12/2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/L14489.htm. Acesso em 10/04/2023.

¹¹ CAMPOS, Mateus. Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/gentrificacao.htm#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20gentrifica%C3%A7%C3%A3o%3F,local%20do%20custo%20de%20vida>. Acesso em: 02/04/2023.

definido qual tem valor ou não, e onde é melhor e pior de se morar, sendo na maioria das vezes os piores lugares destinados aos mais pobres.

O termo “gentrificação” foi cunhado pelo geógrafo Neil Smith, que desenvolveu o conceito à luz da perspectiva marxista, indicando que cada sociedade produz um espaço que corresponda com sua forma de relações socioespaciais e econômicas. O espaço urbano é o produto e produtor das relações de trabalho e as relações de hierarquia são vinculadas ao caráter social e histórico do capitalismo. (MENDES, 2010).

É evidente a quantidade de injustiças que o modo de produção focado em capital e lucro acaba causando com a população em vulnerabilidade. A gentrificação acaba sendo um processo de “filtragem social” da cidade, e os processos de desenvolvimento das cidades (urbanização) são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. (MENDES, 2010).

Assim, a gentrificação, tanto quanto a arquitetura hostil, pode ser vista como uma expressão da aporofobia, já que as pessoas em situação de pobreza ou de rua são frequentemente marginalizadas e excluídas do processo de desenvolvimento urbano, perdendo seus lares, comércios e espaços sociais. Essa marginalização pode ser uma forma de exclusão social que reforça a ideia de que as pessoas em situação de pobreza são indesejáveis e não merecem ocupar o mesmo espaço que a população mais rica e elitizada.

Essa disparidade entre classes sociais, evidente na distribuição dos bairros, é gritante na cidade de Santos. Cidade portuária com alto investimento público e privado para atrair capital estrangeiro, teve uma valorização intensa de bairros próximos da praia e no bairro da Ponta da Praia, ao mesmo tempo que possui a maior favela sobre palafitas do Brasil. Quem caminha pela orla da praia e pelos bairros mais próximos acabam não fazendo ideia das condições de vulnerabilidade que vivem os moradores dos bairros da Zona Noroeste.

De acordo com o último censo conduzido pela Universidade Federal de São Paulo, em colaboração com a Prefeitura de Santos, no ano de 2019, quase mil indivíduos foram registrados em situação de rua no município. Esse número representa um aumento de aproximadamente 100% em relação aos dados coletados

dez anos antes, em que foram registradas 507 pessoas em situação de vulnerabilidade social nas ruas da cidade. (RATTON, 2022, online)¹².

O Diário do Litoral¹³, jornal de notícias online da cidade de Santos, traz em pauta a questão da desigualdade, aporofobia e gentrificação/arquitetura hostil na cidade, trazendo opiniões de pessoas engajadas nesses assuntos:

O arquiteto e professor universitário Rafael Ambrósio, suplente de vereador em Santos, percebe com clareza o que vem ocorrendo. "Muitas cidades, que não conseguem resolver seus problemas de assistência social aos mais vulneráveis, promovem a gentrificação (o processo de expulsão de populações com menos renda de locais que passam por valorização econômica), empurrando famílias de baixa renda e excluídos para fora, para as periferias. O mesmo acontece quando espaços públicos são projetados e construídos para evitar a presença indesejada dessas pessoas. Isso traz a ilusão de uma cidade organizada e sem problemas sociais aos outros cidadãos, além de uma falsa sensação de segurança" (RATTON, 2022, Online)¹⁴

Além dele, o jornal ouviu a opinião do Flávio de Leão Bastos Pereira, doutor em Direito e especialista em Direitos Humanos, que afirmou que,

A cidade inteligente e acessível a todos é garantia fundamental básica para o direito de ir e vir e, principalmente, para o direito à própria existência, à visibilidade. Negar o espaço das cidades a alguém, especialmente aos necessitados, é conduta eugênica presente na raiz da segregação e dos guetos. Compõem a escala que leva ao extermínio, físico e social. Como ensinou Edgar Morin: as tendências bárbaras não se distanciam das tendências civilizadoras. (RATTON, 2022, Online)

Desse modo, fica claro como as questões de combate à pobreza e desigualdade social precisam ser discutidas de maneira ampla e não meramente políticas públicas de transferência de renda.

Enquanto houver a pobrefobia, manifestada em toda a sociedade através dos mais diversos meios e classe sociais, será imensamente difícil combater a pobreza.

¹² RATTON, Carlos. Arquitetura hostil pode estar perto do fim em Santos. 05/12/2022. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/santos/arquitetura-hostil-pode-estar-perto-do-fim-em-santos/162609/>. Acesso em: 15/03/2023.

¹³ Em conjunto com a Universidade Santa Cecília (Unisantia), o Diário do Litoral lançou um documentário, chamado "Colchão de Pedra", sobre a vida das pessoas em situação de rua na cidade de Santos. O filme está publicado na plataforma do Youtube e mostra a realidade dura que essas pessoas enfrentam na busca diária por alimento, a violência que sofrem dos municípios e das Guardas Municipais. Nesse filme o debate sobre arquitetura higienista, gentrificação e aporofobia é debatido com exemplos da vida real, além da especulação.

¹⁴ RATTON, Carlos. Arquiteto de Santos faz alerta sobre processo de gentrificação. 06/12/2022. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/santos/arquiteto-de-santos-faz-alerta-sobre-processo-de-gentrificacao/162685/>. Acesso em: 15/03/2023.

Os não-pobres e as instituições são diretamente responsáveis pela manutenção da desigualdade, quando corroboram para a violência direta ou indireta contra os pobres, que não tem espaço para ascender socialmente e se empoderar, superando suas limitações.

Essas questões demandam soluções integradas e colaborativas, que envolvam políticas públicas, ações comunitárias e transformações culturais profundas. Em conclusão, podemos compreender através desse estudo como a pobrefobia é expressiva na sociedade, sendo a raiz de muitas fobias e a mantenedora de questões sociais, desigualdades e violências institucionais, que afetam as pessoas em situação de vulnerabilidade.

CAPÍTULO 2 – CONSERVADORISMO E APOROFOBIA – POBREFOBIA NAS PRÁTICAS SOCIAIS

2.1 O aumento do pensamento conservador e aporofobia.

Figura nº 2 – Charge Coutinho.



(Fonte: COUTINHO, Laerte; twitter, 2023, Disponível em: <<https://twitter.com/LaerteCoutinho1/status/1664948197754535937/photo/1>> Acesso em 05/06/2023).

A aporofobia é um sentimento social que parte da visão preconceituosa que a sociedade como um todo tem das pessoas em situação de pobreza. A vulnerabilidade indica uma fragilidade de uma pessoa diante de certas áreas da vida, e não significa que a pessoa é frágil ou moralmente incapaz, mas que pode sofrer por falta de recursos e de suas estruturas (social, familiar, financeira, etc). Ela pode ser social (relacionada ao sujeito como indivíduo, sua autoestima, sua rede de apoio e suas condições de existência), social (cenário político, institucional e cultural) e programática (existência de serviços públicos os quais a pessoa não consegue acesso, mesmo tendo direito). (AYRES, 2003).

Segundo Iamamoto (2010), novas mediações históricas reconfiguram a questão social na cena brasileira contemporânea no contexto da mundialização do capital, ampliando as desigualdades distribuídas territorialmente. A forma da relação sociedade-trabalho se transforma, com reestruturação produtiva que afeta as

organizações de processos de trabalho, consumo e condições de vida. Essas mudanças na relação Estado/sociedade são orientadas pela terapêutica neoliberal. (IAMAMOTO, 2010, p 144).

Ou seja, o discurso neoliberal tem espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (Chaui, 1995a) o que tem amplas repercussões na luta por direitos e no trabalho cotidiano dos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.142)

Quando analisamos a sociedade brasileira nos últimos anos, é visto uma tendência do pensamento conservador em uma grande parcela da sociedade, que também apoia ideais associados à uma economia privada e política neoliberal, com incentivo ao empreendedorismo e o “se você quer, você consegue”, que desconsidera as desigualdades de oportunidade e as condições de vulnerabilidade, fazendo com que os pobres sejam culpabilizados pela situação que se encontram.

O Índice de Conservadorismo do Ibope veio através de pesquisas realizadas em 2010 e em 2016, para constatar o nível de conservadorismo da população brasileira. Foram utilizadas como métricas pautas polêmicas como pena de morte, aborto, diminuição da maioria penal e casamento homoafetivo. Nesses 6 anos que separam as pesquisas, houve aumento do conservadorismo em todas as idades, sexos e níveis de renda, e que apenas 5% dos brasileiros têm baixo índice de conservadorismo, 41% dos brasileiros são conservadores médios e 54% são conservadores máximos. (OBSERVATÓRIO, 2019, online).¹⁵

Uma pesquisa da Fundação Tide Setubal¹⁶, baseada nesses mesmos dados coletados pelo Ibope, tentou compreender as razões que levaram a esse aumento do conservadorismo na população brasileira, e constataram que “há uma generalizada valorização do passado, um sentimento de desamparo devido ao desemprego e ao medo da violência” (OBSERVATÓRIO, 2019, online).

Atualmente, com o avanço da “nova direita” no plano internacional e também no Brasil com a sua moral familista e religiosa, chegamos a um tempo de crescimento do conservadorismo de traços fascistas, expresso no individualismo competitivo exacerbado, preconceituoso, pressionado pelo consumo e que vive com um grau de incerteza e ansiedade sem precedentes.

¹⁵ Observatório 3º Setor - Radio USP, Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/media-center/radio-usp/conservadorismo-e-as-questoes-sociais-no-brasil/>> Acesso em: 10/05/2023.

¹⁶ FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>. Acesso em: 15/05/2023.

O resultado é o avanço do conservadorismo e da ofensiva reacionária. O conservadorismo é imprescindível para o capitalismo financeiro global. (YAZBEK, 2020, p.302)

Foi analisado, também, que a maior parte dos conservadores são evangélicos, e esse cenário explica a ascensão de políticos de direita como Jair Bolsonaro, que se conecta com o eleitorado evangélico, já que esse grupo, em números aumentou 61,45% entre 2000 e 2010 no país, segundo o IBGE, sendo 22% da população brasileira, evangélica (WELLE, 2017, online). A mistura entre política e religião tem se fortalecido, existindo uma frente parlamentar evangélica, que traz pautas conservadoras para a política, muito alinhadas com a direita. Esses ideais conservadores sempre existiram, principalmente entre a população cristã (evangélicos e católicos), porém, com essas pautas trazidas de maneira mais clara na esfera pública, trazendo coragem para essas pessoas se expressarem.

No Brasil, a figura de Jair Bolsonaro (Bolsonarismo) começou a alçar voos na esteira do movimento evangélico que ganhou força nas camadas mais pobres e médias da população. Aliada a isso vem a submersão do país em um contexto de cinismo em relação à política, corrupção, desigualdade e crise econômica. (DUARTE, 2021, p.37)

Se expressar contra o casamento homossexual, o que é algo condenável, em um primeiro momento, por ser considerado homofobia, agora é exposto sem medo, justificado pelo movimento conservador que tem aparato político e justificado pela manutenção social, política e dos valores e costumes, fundamentando em ideais religiosos. "De modo geral, os conservadores interpretaram esses movimentos como uma ameaça à comunidade, à integração social e a valores básicos, como a crença em Deus e a valorização da família" (DUARTE, 2021, p.21).

Tenho feito pesquisas com o eleitorado brasileiro para medir a confiança nas instituições. As últimas duas foram em 2006 e 2014. Elas apontam uma tendência de desconfiança muito grande dos setores mais diversos em relação aos partidos e ao Congresso Nacional", afirma. "Se essa tendência de descrença e rejeição permanece por muito tempo, essas pessoas que se sentem desrespeitadas começam a formar uma base social a favor de posições autoritárias. (WELLE, 2017, online)¹⁷

¹⁷ WELLE, Deutsche. A nova onda conservadora no Brasil. IHU UNISINOS, 07/12/2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/574438-a-nova-onda-conservadora-no-brasil>. Acesso em: 04/04/2023.

Outro fator para esse avanço é a resposta às mudanças do comportamento social, quebra de padrões e o aumento de adeptos de visões progressistas, principalmente na política, o que incomoda parte da população que não concorda com essas mudanças, preferindo abraçar ideias conservadoras, que garantam a manutenção das normativas sociais estabelecidas. Por exemplo, o comunismo, que é tratado como um fantasma que ameaça o Brasil, desde que o Partido dos Trabalhadores assumiu o poder federal em 2003, já que é alinhado com políticas de esquerda e ideais progressistas, que ameaçam o capitalismo liberal, e é usado pelos cidadãos como justificativa da necessidade de um governo de extrema direita, conservador, no poder.

(...) mais uma vez é intuitivo perceber, na argumentação mobilizada contra a suposta ameaça comunista, alguns dos pressupostos fundamentais do pensamento conservador, (...) tais como: a defesa da religião e, fundamentalmente, dos valores cristãos, da liberdade, da hierarquia, da prudência e dos padrões locais/nacionais. (DUARTE, 2021, p.21)

A pesquisa “O conservadorismo e as questões sociais” feita pela Fundação Tide Setubal, tem como objetivo auxiliar na compreensão das multidimensões de pensamentos na sociedade, para ajudar os profissionais que atuam na busca pela diminuição da desigualdade no país. De acordo com a pesquisa, os valores dos conservadores estão muito ligados à política, onde associam o PT e o PSOL, a ideia de caos, conflito, violência, corrupção e desregramento da sexualidade, ao contrário da direita, a qual é associada à ordem, moral, progresso, defesa do esforço individual/livre mercado. (SETUBAL, 2019, p.17)¹⁸

Outro detalhe interessante dessa pesquisa foi que quando o assunto é a violência, muitos conservadores são a favor de maior policiamento nas ruas e punições mais rigorosas aos criminosos, mesmo se forem menores de idade, pois existe um julgamento de valor, onde quem comete crime é tido como o “mal”, sendo os conservadores os “cidadãos do bem” e pessoas que cometem atos infracionais cidadãos do mal, que merecem punições severas. Esse pensamento já é menos frequente entre conservadores que moram em bairros mais vulneráveis, pois essas pessoas relatam os abusos policiais, principalmente com a população negra, não

¹⁸ FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. O conservadorismo e as questões sociais [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em: <https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>. Acesso em: 15/05/2023.

considerando que o aumento da ronda policial seja um apaziguador da violência, mas sim investimento em educação e trabalho para os jovens da periferia. (SETUBAL, 2019, p.30)

Essa força conservadora favoreceu o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, que muitos especialistas veem como um golpe, uma vez que foi totalmente articulado no congresso nacional e teve apoio de grande parte da população, que se mostrava insatisfeita com a alta dos preços e as notícias diárias de corrupção e violência. A ascensão do Jair Bolsonaro na presidência (em 2019) foi um produto dessa demanda conservadora, nascendo um movimento chamado “bolsonarismo”, que permanecerá na sociedade estando ele ou não na presidência, já que ele serviu como representação de, em dados, 49,1% da população, baseado no segundo turno da disputa presidencial de 2022.

Seu governo foi marcado por negacionismo científico, refratário às transformações políticas e apelo ao lado moral do conservadorismo, trazendo pautas como aborto, gênero, sexualidade pelo viés do fundamentalismo religioso. (DUARTE, 2021).

Com efeito, o conteúdo conservador desses mandatos (Bolsonaro e frente parlamentar evangélica) reside nas principais bandeiras dos parlamentares (conforme suas plataformas de campanha política online e na televisão): 1) pelo lado da demanda por segurança pública, aparecem: a) a redução da maioria penal como uma solução essencialmente punitivista; b) o esvaziamento do estatuto do desarmamento como uma forma simples e planejada de estabelecer a ordem; 2) a diminuição da quantidade de terras indígenas demarcadas em prol da propriedade privada e da suposta produtividade do país; e 3) o projeto Escola Sem Partido como uma negação da inclusão nas escolas de temas que firmam o que é compreendido como a ordem natural social e familiar – concepção geralmente associada a crenças religiosas. (DUARTE, 2021, p.28)

Enquanto o Brasil, um país onde 33,1 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar (GUEDES, 2022, online)¹⁹, o governo chamava a atenção por motivos polêmicos, que distraiam a população das questões sociais, que deveriam ser atendidas. Houve muito gasto de energia e tempo em barrar qualquer tipo de política mais progressista, como o material pedagógico apelidado de “kit gay”, que na

¹⁹ GUEDES, Aline. Agência Senado. 14/10/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasileiros%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome.> Acesso em 10/05/2023.

realidade só pretendia trazer para as escolas educação contra a homofobia, mas que causou pânico e revolta de todos os bolsonaristas e eleitorado conservador.

Na realidade, um conservadorismo social e político, aliado com um estado de neoliberalismo econômico, tende a aumentar as lacunas sociais entre pobres e não pobres. O neoliberalismo favorece uma lógica competitiva e meritocrática no âmbito econômico e social, com o aumento do pensamento de “cada um por si” e das privatizações, que faz com que o pobre acabe sendo, ainda que indiretamente, culpabilizado por sua condição.

Os neoliberais constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os neoconservadores são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas tradições culturais. Os populistas autoritários são, em geral, grupos de classe média e de classe trabalhadora que desconfiam do Estado e se preocupam com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais (LIMA; HYPOLITO, 2019).

A pobreza é tratada como uma situação facilmente contornável em muitos livros de autoajuda, que sugerem que com força de vontade e com a postura correta perante a vida qualquer pessoa pode se tornar bem sucedido financeiramente. A nova onda são os “coach” financeiros que indicam caminhos “fáceis” de ganhar dinheiro através até mesmo da internet, com ideias expressas em livros como “Pai Rico, Pai Pobre” (2000), “Só é pobre quem quer” (2014), “Como ser rico” (2015) e “Do Mil ao Milhão Sem cortar o cafezinho” (2018) que vendem conceitos rasos de como superar as limitações financeiras, como se fosse uma receita igual para cada indivíduo. Essa maneira de pensar ignora as diferentes realidades e diferentes pontos de partida de cada pessoa (SIQUEIRA, 2014, p.243):

(...) esta concepção da pobreza como opção encontra-se na suposição de que há igualdade de oportunidades, em que os indivíduos concorrem ou perseguem fins que alcançarão ou não segundo suas próprias condições ou escolhas. Com a célebre e equivocada frase de que “há trabalho para todos, basta querer” se individualiza o problema e se reforça a lógica de subalternidade, em que indivíduos devem se submeter a qualquer situação laboral em troca de qualquer quantia. (SIQUEIRA, 2014, p.243).

Inclusive, muito do estigma negativo do Partido dos Trabalhadores vem da sua política de transferência de renda, o mais conhecido Bolsa Família, e sua proximidade com as causas sociais, pois as pessoas mais conservadoras e com pensamentos liberais consideram essas políticas como “esmolas”, como se

deixassem os pobres preguiçosos, fortalecendo uma ideia de que pobre é pobre porque não gosta de trabalhar.

(...) o antipetismo não parece ser uma reação à questão da corrupção do PT. Pois se assim o fosse as pessoas teriam saído à rua quando Bolsonaro declarou o fim da Lava Jato ou teriam muito mais ódio de personalidades políticas com décadas dedicadas à corrupção no país. A minha hipótese é que a hostilidade ao PT vem da sua tentativa de quebra ao modelo aporofóbico de exclusão dos pobres no país. As elites brasileiras querem continuar sendo elites. Não importa se o tamanho do bolo é menor. Elas querem uma fatia ainda maior do bolo para elas, pois isso entrega a elas o que desejam: distinção. (SANTOS, 2021, online)²⁰

Para Flavio Comim, o país da “Ordem e Progresso” é essencialmente aporofóbico, onde ideais de inclusão e justiça social são diariamente negados pelas práticas de seus representantes políticos e instituições (SANTOS, 2021, online). Essa lógica neoliberal competitiva faz com que muitas pessoas considerem importante a desigualdade por ser uma métrica de qualidade dos serviços e instituições, até porque o que for considerado como “ruim” é deixado para os pobres.

Paulo Guedes, ministro da economia no governo de Bolsonaro, disse “que dólar é esse, que até empregadas domésticas podem ir para a Disney, uma festa danada” (CARTACAPITAL, 2020)²¹ mostrando como essa lógica neoliberal do valor do dinheiro é extremamente aporofóbica, já que tratou toda a classe de empregadas domésticas com inferioridade e exalta que a alta do dólar é um diferencial especial que deve ser mantido, já que o acesso a ele difere os pobres dos não pobres, mantendo um status social que é importante tanto para os conservadores quanto para os defensores do liberalismo.

Uma consequência dessa forma de política foi a queda do salário das empregadas domésticas que ocorreu no primeiro ano do governo do Bolsonaro, com Paulo Guedes como Ministro. A lógica neoliberal questiona seus direitos trabalhistas, justificando que isso gera uma grande alta nos valores que os patrões devem pagar, podendo ocorrer a diminuição das contratações. Isso demonstra uma preocupação maior com os gastos dos patrões do que com os direitos trabalhistas e apoio financeiro

²⁰ “O país da “Ordem e Progresso” é um país essencialmente aporofóbico”. Entrevista especial com Flavio Comim. 15/04/2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/608379> Acesso em: 10/05/2023.

²¹ CARTACAPITAL. 12/02/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/guedes-diz-que-domesticas-iam-a-disney-com-dolar-barato-festa-danada/>> Acesso em: 15/05/2023.

às empregadas domésticas, sendo apenas 1 em cada 3 trabalhadoras registradas com carteira assinada, no Brasil, e sendo em sua maioria mulheres (UNISINOS, 2020, online)²²

Ironicamente, nenhum país tem tanto trabalhador e trabalhadora doméstica quanto o Brasil (UNISINOS, 2020, online), sendo “um perfil predominante feminino, afrodescendente e de baixa escolaridade, o trabalho doméstico é alimentado pela desigualdade e pela dinâmica social criada principalmente após a abolição da escravidão no Brasil” (UNISINOS, 2018, online)²³ A pauta da valorização e regulamentação do trabalho doméstico é de extrema importância, justamente para evitar que essa população viva em vulnerabilidade e uma informalidade que pode levá-los à maus tratos e desvalorização salarial.

Além do descaso institucional e dos não pobres com os trabalhadores que exercem serviços considerados como “sujos” e destinados a pessoas pobres, também vemos como a população que vive na rua sofre com o desprezo da sociedade, que os veem como um indicador de sujeira, pobreza e uso de drogas, rebaixando áreas da cidade. Essa visão leva muitas prefeituras a utilizarem as guardas municipais como “leva e traz” de pessoas em situação de rua. Eles costumam ser retirados dos lugares onde dormem, principalmente se for em bairros nobres, tendo seus pertences levados pela guarda, e são encaminhados para regiões mais afastadas, onde incomodam menos a população local.

Essa situação foi bem discutida no documentário “Colchão de Pedra”²⁴, de Carlos Ratton (2022), que entrevistou guardas municipais e pessoas em situação de rua a fim de destrinchar esse fenômeno, entender como ocorre, ouvindo de pessoas envolvidas na situação. Esse mal tratamento das Guardas à essa população é um comportamento aporofóbico e faz parte da arquitetura higienista.

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu

²² Renda das domésticas caiu em 2019, primeiro ano de Paulo Guedes. Instituto Humanitas Unisinos, 17/02/2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596342-renda-das-domesticas-caiu-em-2019-primeiro-ano-de-paulo-guedes>. Acesso em: 15/05/2023.

²³ O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. Instituto Humanitas UNISINOS, 25/02/2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/576402-o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo>. Acesso em: 15/05/2023.

²⁴ Documentário disponível no Youtube, pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=m3qFmdx2ANg&ab_channel=CarlosRatton

universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus dejetos psicológicos: ele representa seu lado negativo, sua sombra. Como Parent-Duchâtelet ou os médicos brasileiros, Aluísio Azevedo sente náuseas com o cheiro repugnante do povo amontoado nos cortiços, gerados espontaneamente como vermes. (GIOPPO, 1996, p.171)

A cidade de Santos possui um grande número de população conservadora, visto o número superior de eleitores de partidos de direita na região, tendo o PSDB como maior autoridade política na prefeitura desde 2005. No segundo turno das eleições para presidente de 2022, Bolsonaro ficou na frente em Santos com 56,20% dos votos, e no primeiro turno venceu com 48,16%, tendo Lula 37,87%. Tarcísio - braço direito de Bolsonaro nas campanhas políticas - foi eleito governador de São Paulo e teve 56,20% dos votos válidos na cidade de Santos, mostrando ser, em números, maioria os eleitores bolsonaristas na região. (G1, 2022, online)²⁵

Santos é conhecida por ter o maior aglomerado de palafitas da América Latina, ao mesmo tempo que também possui o maior porto da América Latina, sendo porta de entrada de grande capital estrangeiro no país. A diferença entre as classes sociais são bem caracterizadas pelas diferenças entre as condições dos bairros. Quanto mais próximo da praia, mais valorizada as ruas, casas, prédios e comércios, quanto mais para sentido centro da cidade, menos valorizado, mais precárias as condições.

Desde 1997, com a entrada no poder de Beto Mansur em Santos com o Partido Progressista Brasileiro (PPB), de “posicionamento por medidas pró-mercado e de predomínio do crescimento econômico em detrimento a políticas de distribuição e inclusão social” (SANTOS, 2014, p.591) foram incentivados projetos de revitalização na cidade, favorecendo a aliança entre capital e poder público, buscando uma valorização de áreas da cidade, para incentivar o financiamento turístico e o valor comercial e imobiliário.

No início dos anos 2000 foi criado o Programa de Revitalização e Desenvolvimento da Região Central Histórica de Santos, chamado Alegria Centro, com muitos investimentos e incentivos fiscais, para atrair o comércio. Desde então, com a ativação das linhas do bonde turístico, valorização da Rua XV de Novembro e

²⁵ G1 Santos. Online. 30/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/bolsonaro-e-tarcisio-foram-os-mais-votados-em-santos-veja-o-resultado.ghtml>. Acesso em: 22/05/2023.

muitos eventos de parceria privada que acontecem em espaços localizados no centro.

A ideia da revitalização busca ampliar seu sentido histórico e de valor simbólico, mas é necessário nos questionarmos: a quem essa revitalização se dirige, já que essas práticas podem resultar

(...) em processos marcados por práticas excludentes, já que essas intervenções estão norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas (Frúgoli Júnior, 2000; Nobre, 2003; Vainer, 2000). Desse modo, torna-se de suma importância atentar para a crítica a esse tipo de ação que, em certos casos, acabam introduzindo mudanças ou intervenções que terminam por favorecer o uso de determinados espaços apenas por grupos sociais mais privilegiados, criando, assim, uma espécie de “gentrificação cultural” levando consigo o processo de “gentrificação urbana” (SANTOS, 2014, p.589)

Os cortiços são moradias de péssimas condições habitacionais, onde na maioria das vezes moram mais de uma família, alugando quartos de maneira informal, sem nenhum tipo de contrato, os deixando em situação delicada, já que o locador pode muitas vezes cobrar preços muito além do devido (ainda mais pelas condições do imóvel), sendo também muito fácil o despejo, já que acontece tudo na informalidade (CDHU, 2012, p.5)²⁶.

Ainda assim, muitas famílias se vêem obrigadas a viver nesse tipo de situação, pois por outro lado, a menor burocracia facilita para alugar o espaço, além do aumento do preço dos aluguéis em Santos que é expressivo, todos os anos, levando ao fenômeno da gentrificação, pois só pessoas não pobres, classe média alta conseguem morar em melhores condições, em bairros favorecidos com boa estrutura e investimento.

Esta situação evidencia como a lógica neoliberal prioriza o progresso econômico em detrimento de políticas públicas de inclusão e reabilitação, visando proporcionar uma vida digna e livre de exclusão para a população em situação de pobreza na cidade. Essa lógica reproduz o fenômeno da aporofobia, em que o pobre

²⁶ Relatório Geral do Programa de atuação em cortiços, CDHU - PAC. 12/05/2012. Disponível em: <https://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37069/RelatorioGeralProgramaCorticcos.pdf/cef12342-5419-23a0-bf8c-95360484fe86#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20programa,condi%2D%20%C3%A7%C3%A3o%20habitacional%20mais%20adequada>. Acesso em: 20/05/2023.

é constantemente associado à sujeira e à precariedade, resultando na evitação desses bairros vulneráveis pela população não pobre.

Além disso, os serviços de assistência social, que prestam a atenção a essa população estão cada vez mais defasados, com profissionais sobrecarregados, pouca verba do Estado, fazendo com que o trabalho de assistência não consiga ser eficiente, visto toda a demanda. O que nos leva a questionar a lógica por trás dos interesses dos líderes políticos, que costumam defender ideais de projetos sociais e investimentos em atenção básica e especializada da prefeitura quando estão em período de campanhas, porém, o que vemos são uma série de dificuldades na hora da execução de acesso a políticas mínimas que possam garantir uma melhora na vida dessa população.

Apesar de uma relativa preservação do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), por um lado, e a despeito do avanço da filantropização, em comparação com áreas como saúde e educação, que sofreram brutais ataques, a piora das condições de vida da população em geral é um dos fatores que mais impacta o exercício profissional no Serviço Social, com uma demanda crescente velozmente (HOEVELER; CARDOSO; 2022, p.40)

Há uma prática de "economia clientelista" em que os recursos públicos são desviados em favor de certos grupos de poder, o que contribui para o aumento das desigualdades. A verba pública, que poderia ser direcionada para a saúde e a assistência social, é utilizada de maneira ineficiente para a população.

A corrupção não é apenas uma prática imoral em si mesma, mas tem consequências letais para a igualdade de oportunidades, para os cidadãos e para o crescimento. (CORTINA, 2020, n.p.)

Além disso, a corrupção faz com que os cidadãos percam a fé nos políticos e no sistema, principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade, que são as que mais sofrem com a precariedade dos serviços públicos de saúde, educação, habitação e assistência, o que muitas vezes nem conseguem acesso.

A reflexão proposta por Cortina (2020) nos questiona o por que vivemos em um mundo globalizado, com amplas possibilidades de comunicação e tecnologia, que possui recursos suficientes para erradicar a extrema pobreza e eliminar as desigualdades injustas, mas ainda assim persiste em ter tanta desigualdade e miséria. Enquanto isso, apenas algumas poucas pessoas acumulam grandes fortunas. Essa lógica é, em uma escala macro, aporofóbica.

O fenômeno de uma globalização que é assimétrica, não só porque beneficia diferentes estratos sociais de forma diferenciada, gerando desigualdade, fome e exclusão, mas porque há uma assimetria entre globalização econômica efetivamente existente, liderada pelo neoliberalismo, que reagiu contra o Estado de bem-estar social, e pela ausência de uma ética e de uma política igualmente globalizadas, que permitam colocar os bens da globalização a serviço das pessoas. (CORTINA, 2020, n.p.)

A aporofobia a nível macro se manifesta em decisões coletivas e políticas referentes aos gastos públicos, é perpetuada por meio das individualidades que compõem esses grupos. Se uma pessoa com pensamentos aporofóbicos é eleita como representante político, pouco ou nada será feito para combater a aporofobia (como exemplificado pela fala do ex-ministro da economia sobre as empregadas domésticas). A aporofobia em escala micro reflete nossas crenças e nossa forma de enxergar a realidade. Essa forma de pensar pode carregar estigmas e preconceitos em relação aos pobres, que, inseridos no contexto neoliberal, são considerados inferiores por não serem produtivos e, muitas vezes, são encarados como um "gasto" público.

Neste sistema que tem como centro o dinheiro, que transforma direitos em privilégios, é necessário apontar que a pobrefobia precisa ser assinalada como uma das tantas cabeças da hidra. Somos pobrefóbicos na nossa forma de agir e pensar, pensamos de maneira neoliberal e conseqüentemente reproduzimos este preconceito, para Casara (2022) no Estado Neoliberal podemos observar uma potencialização da pobrefobia, no sistema no qual o Estado trabalha pelos interesses daqueles que mais possuem financeiramente, o preconceito àqueles que menos podem consumir se faz mais presente ou até legitimado. O neoliberalismo, mais do que parte do sistema ou Estado, atinge o ser humano por dentro, ou seja, na sua maneira de ser, de pensar, de agir, fazendo parte da subjetividade. Pensamos e agimos muitas vezes de maneira neoliberal, enxergamos as pessoas como empresas, ou vemos o retorno financeiro que as relações podem fornecer, sendo assim os pobres acabam colocados como aqueles que não trazem retorno financeiro. (ESCOBAR, 2023, online)²⁷

Em conclusão, esse estudo não tem como objetivo buscar a definição de conceitos relacionados à economia e política, mas sim compreender a maneira que a política tem sido exercida na sociedade, e o papel que os representantes políticos têm para indução de comportamentos sociais. A questão da aporofobia é produto da ordem econômica, desvela as contradições do capitalismo, e está na raiz das

²⁷ ESCOBAR, Paulo. A pobrefobia em narrativas e ações da Prefeitura de São Paulo. JUDAS, As botas de, 09/06/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniaio/a-pobrefobia-em-narrativas-e-aco-es-da-prefeitura-de-sao-paulo/>. Acesso em: 10/06/2023.

questões sociais, sendo um sentimento que favorece a manutenção da pobreza, da desigualdade e das violências que as pessoas pobres passam, quando olhamos pela perspectiva teórica marxista, a qual nos baseamos na formação teórico metodológica e política como assistente sociais.

Essa formação permite compreender as multidimensões das questões sociais consequentes de uma sociedade capitalista, através das classes sociais e da dinâmica capital-trabalho. O enfrentamento a essas desigualdades faz parte da intervenção profissional, e que é desvendado em sua inserção na sociedade (YAZBEK, 2020):

A análise da profissão, de suas demandas e atribuições, em si mesmas não permite desvendar a lógica no interior da qual ela ganha sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado, pela mediação das Políticas Sociais, constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. (YAZBEK, 2020 apud YAZBEK, 2009, p. 3)

Além disso, como profissionais é de extrema importância a atenção à cultura política e social que favorece práticas pobrefóbicas, pois o sucesso ou não do trabalho (quando na busca do enfrentamento às desigualdades) está diretamente ligado com as políticas públicas que regulamentam os serviços de assistência, em todos os setores, e ocupamos esses espaços devendo nos livrar de preconceitos e fobias, prontos para trabalhar em prol da garantia dos direitos constitucionais das pessoas.

Apesar de ser um problema tão enredado nas estruturas sociais, foi fundamental que essa fobia tenha sido devidamente apontada e caracterizada por Adela Cortina, para que enfim possamos parar de tratar a repulsa ao pobre como um instinto humano, uma naturalidade, e para que possamos criar medidas eficientes de combate a esse mal, visando uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, temos figuras importantes se movimentando para aliviar o sofrimento de muitas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, como o Padre Júlio Lancellotti e Paulo Escobar que, além disso, trabalham para divulgar o conhecimento sobre pobrefobia, trazendo o alerta para a sociedade civil que vai cada vez mais conhecendo o conceito e compreendendo seus malefícios.

Inclusive, tanto Lancellotti quanto Cortina propõem que é possível a busca por um olhar mais humanizado sobre o pobre, como um cidadão de valor. Para isso é

necessárias “instituições econômicas e políticas empenhadas em acabar com a pobreza a partir da construção da igualdade”, pois “relações assimétricas constituem a base da aporofobia” (CORTINA, 2020, n.p.).

2.2 As práticas da aporofobia – pobrefobia.

Neste último item do capítulo localizaremos a prática das violências às pessoas pobres na sociedade brasileira, considerando os graus de aporofobia definidos por Flavio Comim (2020), citados no capítulo anterior:

- Micro: abrange os aspectos psicológicos e emocionais, nossas trajetórias e formação de ideias e conceitos, como indivíduos, ou seja, a maneira como enxergamos as pessoas pobres, o preconceito que construímos no nosso modo de pensar e o tratamento individual de desrespeito, como por exemplo, olhares discriminatórios, a forma como evitamos espaços onde se encontram pessoas pobres, em especial pessoas em situação de rua, como expressão mais latente da pobreza, diariamente visível nas ruas da cidade, a insensibilidade ao desconsiderar as vulnerabilidades do indivíduo, colocando totalmente nele a culpa por sua miséria, os ataques de ódio e a violência física que pode levar muitas vezes a morte.
- Meso: discriminações sistemáticas que as pessoas em situações de vulnerabilidade enfrentam no acesso às instituições, como escolas, hospitais e serviços com atendimentos inferiorizados ou políticas que beneficiem não pobres. Marginalização social, como por exemplo a forma que pessoas que cometem delitos, quando são pobres, recebem punições e tratamentos muito piores do que pessoas (principalmente brancas) de classe média que cometem crimes.
- Macro: processos econômicos e políticas governamentais que rejeitam o pobre, favorecendo as realizações dos não pobres, em detrimento dos pobres, que podem não ser prioridade na distribuição de recursos, levando a níveis mais altos a concentração de renda e desigualdade social.

Como o estudo da pobrefobia é relativamente novo no Brasil, acho importante apontar e caracterizar esses conceitos (micro, meso e macro), através da realidade, para que seja identificada, através de dados empíricos, a pobrefobia. Para isso, foi

necessário a utilização como pesquisa de alguns portais de notícias (websites) brasileiros, como G1, UOL, dentre outros, pois são eles que diariamente nos trazem de maneira detalhada acontecimentos políticos e notificações de violências que atingem a população pobre, em especial da população em situação de rua.

Além deles, temos Paulo Escobar e Padre Júlio Lancellotti como as maiores referências na luta contra a aporofobia no Brasil, e é através de suas redes sociais e do Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga, em São Paulo, que eles divulgam informações sobre o assunto e denunciam casos de violência que acontecem pelo Brasil, a fim de que a aporofobia seja considerada crime de ódio. Por serem referências no assunto, trago conceitos por eles definidos em sites de opinião, como o “<https://judasasbotasde.com.br>” ou em entrevistas concedidas a outros portais online.

Recentemente, eles cunharam o termo “pobrefobia”, com o intuito de contextualizar para a realidade brasileira. É uma adaptação importante para conseguir atingir de maneira mais eficiente a população brasileira e em especial a população em situação de rua, que são os que mais sofrem com a pobrefobia, e precisam conhecer esse termo, para se apropriarem dessa luta (ESCOBAR, 2023)²⁸:

Com o termo pobrefobia, podemos começar a produção de materiais sobre este mal, a partir da nossa realidade, pensando que a pobreza atinge da mesma forma as pessoas ao redor do planeta, mas que há particularidades dos pobres no nosso continente. Cunhamos um termo para traduzir a aporofobia, mas este termo não é nosso, ele tem que ser de todas as pessoas que lutam contra este mal, principalmente dos pobres que são as vítimas, quem sofre precisa saber o preconceito do qual é vítima. Também existe a necessidade de ultrapassar as barreiras da academia, que aquilo que escrevemos seja traduzível do lado de fora, lá onde as pessoas não tiveram os mesmos acessos ou privilégios. (ESCOBAR, 2023, online)

Em pesquisa feita pelo Observatório de Aporofobia Dom Pedro Casaldáliga²⁹, com foco em tentar identificar as formas que a pobrefobia é percebida pela população em situação de rua, na cidade de São Paulo, Zona Leste, foi observado que:

1. 84% dos entrevistados já se sentiram discriminados por serem pobres;

²⁸ ESCOBAR, Paulo. Pobrefobia. JUDAS, As botas de, 21/05/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniaopobrefobia/>. Acesso em: 07/06/2023.

²⁹ A pesquisa foi publicada em seu site oficial, porém o mesmo entrou em reformas, portanto conseguimos acesso através do Instagram do Observatório: OBSERVATÓRIO DE APOROFOBIA/POBREFOBIA. 24 de nov. 2022. Instagram: @observatorioaporofobia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CIWAvabuhWD/>. Acesso em: 07/06/2023.

2. Disparados, os lugares em que eles mais alegam sofrerem discriminação são em bares e restaurantes, seguido por lojas e depois praças;
3. Pessoas que mais discriminam são, em ordem decrescente: pessoas na rua, guarda civil, funcionários em estabelecimentos, seguranças e funcionários da prefeitura;
4. As formas mais comuns de discriminação são, em ordem decrescente: olhares discriminatórios, palavras e xingamentos, exclusão social.

Foram entrevistados 410 pessoas, 71% adultos (30 a 59 anos) e 20% jovens (15 a 29). Em relação a etnia, 46% se declara pardo, 26% branco e 23% negro. Ou seja, além de todas as violências institucionais, eles também sofrem violências no dia a dia, pelos cidadãos, através de olhares recriminatórios, desdém, palavras agressivas ou ofensivas, e lhes é negado seus direitos de pertencer a espaços, principalmente se esses espaços “invadem” áreas comuns de pessoas não pobres, como estabelecimentos comerciais, onde muitas pessoas em situação de rua acabam indo para pedir alimentos ou dinheiro

Eu sofri pobrefobia na minha infância no Chile, também quando cheguei ao Brasil, tanto pelas roupas que vestia, ou pela falta de itens que outros tinham, na vida adulta diante de muitas dificuldades, percebi que no olhar é onde mais a pobrefobia se manifesta e justamente foi a resposta mais apontada pela população de rua na nossa pesquisa. (ESCOBAR, 2023, online)

Em abril de 2023 houve a derrubada da liminar que impedia a prefeitura de retirar barracas montadas pela população de rua em São Paulo. A retirada começou, e teve o respaldo do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, que afirmou que era inaceitável que pessoas vivessem naquelas condições, alegando que as pessoas em situação de rua têm possibilidade de serem acolhidas pela prefeitura, em albergues e hotéis. Apesar da garantia de que essa ação da prefeitura seria realizada de maneira humanizada e sem intransigências, não foi dado para as pessoas em situação de rua nenhuma possibilidade de negar a solicitação, o que trouxe conflitos e revoltas (ALBUQUERQUE, 2023).³⁰

³⁰ Agencia Brasil por Flávia Albuquerque - São Paulo, 03/04/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-04/sp-barracas-serao-retiradas-da-rua-de-forma-humanizada-diz->

A violência do poder é uma violência institucionalizada, que funciona como mantenedora de uma ordem repressiva. Ela se verifica quando o Estado se omite no planejamento de políticas sociais eficientes na solução dos problemas dessa população, ou quando através de uma cultura higienista e pobrefóbica e se apropria de políticas de remoção da população de rua, dos lugares públicos, como se fosse solução para o problema (COSTA; JUNIOR. 2017, p.32).

Falta, por parte desses políticos, a compreensão de que essas barracas são o único espaço reservado onde essas pessoas encontram para se acolherem no frio, com seus pertences, e se eles não podem residir nelas durante o dia, isso significa que muito provavelmente ficarão na rua, e no período de frio, isso pode custar a vida de muitos.

Albergue não é moradia e mesmo se fosse alternativa não há vagas para todas as pessoas que moram nas ruas da cidade. De acordo com a própria gestão: 21 mil leitos de albergues e 31.884 pessoas nas ruas (Censo Prefeitura SP), mais de 48 mil (segundo UFMG pelo CADÚNICO), a conta não fecha. Sem alternativas de moradia com autonomia e dignidade, a barraca é a casa de quem nada tem. (OBSERVATÓRIO, 2023, online)³¹

De acordo com reportagem do Jornal Hoje (G1, 2023)³², a cidade tem mais de 52 mil pessoas vivendo nas ruas, de acordo com o CADÚNICO, e o prefeito alega ter 22 mil vagas em acolhimentos, uma conta que não fecha e uma decisão pública que desconsidera a realidade das pessoas que vivem nas ruas. Na mesma reportagem, em entrevista com reciclador entrevistado, ele relatou que seus pertences, sua alimentação, produtos de higiene e documentos foram todos levados à prefeitura, contra sua vontade.

Essa pobrefobia institucional revela um tratamento desumanizado, com julgamento de valor, pois consideram que viver nas ruas seja uma escolha, quando na realidade essas pessoas vivem ciclos de vulnerabilidades (social, individual e programática)³³ tão profundas que é necessário um trabalho muito mais complexo no

[prefeito#:~:text=O%20prefeito%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,um%20banheiro%2C%20afirmou%20o%20prefeito. Acesso em: 07/06/2023.](#)

³¹ Observatório de Aporofobia/Pobrefobia. Instagram. @observatorioaporofobia. 03/04/2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CqmDXBRN8Pc/> Acesso em: 07/06/2023.

³² Jornal Hoje, G1 Globo online. 04/04/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/04/04/prefeitura-de-sao-paulo-interrompe-retirada-de-barracas-de-pessoas-em-situacao-de-rua-apos-criticas-especialistas-comentam.ghtml> Acesso em: 07/06/2023.

³³ AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Acesso em: 08 jun. 2023.

sentido de políticas públicas de apoio. Ou seja, é uma situação que precisa de uma junção de equipes multidisciplinares, que trabalham tanto na saúde quanto na educação e assistência, com estudo de casos e um trabalho especializado, sendo a solução muito distante da alocação deles em albergues, através de práticas que são muito mais higienistas do que preocupadas com o bem estar dessa população:

Quando se desconhece, ou finge desconhecer, a realidade da pobreza que leva as pessoas às ruas, ocultando através da narrativa os reais motivos que levam as pessoas a esta situação, se comete pobrefobia, pois culpa o pobre pela sua pobreza. (...) Quando não há alternativas de moradia, com dignidade e autonomia, coisa que o orçamento bilionário permite, então a finalidade é tomar barracas (todos os dias com violência e repressão) e não reconstruir vidas, pois quando se toma o único refúgio que possuem os moradores de rua, então se destroem ainda mais as vidas tão destruídas. (ESCOBAR, 2023, online)

No contexto abordado, o comportamento dos gestores públicos revela-se problemático ao alegarem não compreender o porquê da baixa adesão da população de rua nas moradias noturnas designadas para eles. Essa postura ignora a maneira pela qual essas pessoas são infantilizadas, reprimidas e têm sua autonomia suprimida quando estão nesses locais. Tal atitude fortalece uma narrativa pobrefóbica na sociedade, levando muitos a acreditar que essas pessoas estão nas ruas por escolha própria. Essa perspectiva reforça o estigma das pessoas em situação de rua como irresponsáveis, sem senso crítico e imorais, já que a vida na rua não dispõe de condições minimamente dignas para viver. (ESCOBAR, 2023)

Ainda relacionado ao contexto político, recentemente em Curitiba foi aprovado um pedido da Prefeitura da cidade para que a prática de distribuição de comida aos pobres seja extinta, em especial no programa Mesa Solidária, localizado nas imediações de Tiradentes. De acordo com portal jornalístico independente, Plural (2023, online)³⁴, o vereador Eder Borges (PP) disse que esse tipo de iniciativa prejudica o comércio local, atrai muitos moradores de rua que sujam as calçadas com comida e incentiva a violência na região, pois atrai “gente ruim”.

A retirada de equipamentos sociais, a fim de afastar a população pobre do espaço público é retrato do higienismo, e a preocupação com o comércio, associando

³⁴ GALINDO, Rogerio. Caixa Zero. Plural Curitiba. 09/06/2023. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/em-campanha-higienista-veredores-pedem-fim-de-programa-para-pobres-no-centro-de-curitiba/#:~:text=A%20C%C3%A2mara%20de%20Curitiba%20aprovou,o%20com%C3%A9rcio%20na%20regi%C3%A3o%20central>. Acesso em 12/06/2023.

os pobres à violência, uso de drogas, e criminalidade é raciocínio reducionista e estigmatizante. Além disso, essa política higienista desconsidera a urgência da sobrevivência, logo, parece não se importar com a fome dessa população, uma vez que nessa lógica, eles estão nessa situação porque querem e se precisam se alimentar, devem arranjar um trabalho.

O estigma da pessoa em situação de rua como usuários de drogas e violentos supera a realidade, pois não existem dados que comprovam que moradores de rua roubam, assaltam e praticam mais crimes. São as heurísticas sociais que reforçam esses estigmas, fazendo com que a aporofobia micro seja reproduzida por pessoas em seus papéis profissionais, em escalas meso e macro.

Analisando através da contradição, observamos como lógica aporofóbica que incide no senso comum faz com que o trato às pessoas brancas de classe média que cometem atos infracionais seja positivamente diferente dos cometidos por pessoas pobres, em especial negras, por exemplo: Mulher jovem branca, desviou em próprio benefício R\$ 1 milhão dos fundos arrecadados da formatura de sua faculdade, o pedido de prisão foi negado e ela responde em liberdade, é alvo de dois inquéritos policiais e voltou para as aulas na faculdade (R7, 2023)³⁵. Outro caso que viralizou nas redes sociais foi um vídeo onde dois policiais militares retiram homem negro, morador de rua, de estabelecimento o carregando pelos pés amarrados e arrastado, de maneira agressiva. Pelas notícias, o homem foi detido furtando caixas de bombons em loja em São Paulo e é reincidente no delito (RESK, 2023, online)³⁶

O fato de pessoas negras em situação de pobreza, que cometem delitos, serem tratadas como criminosos, enquanto pessoas classe média brancas serem tratadas como pessoas que cometeram algum ato infracional, sendo bem menos recriminadas ou violentadas pela polícia, demonstra como o problema não é tanto o crime, pois pessoas violentas existem em todas as classes sociais, mas sim o estigma do pobre como criminoso, que o faz ter tratamentos desumanizados.

O estigma é um mecanismo eficaz de exclusão social. Isso ocorre devido à crença equivocada de que uma característica física ou comportamental (no caso a

³⁵ R7 com informações do Balanço Geral, da Record TV. São Paulo. 06/03/2023. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/aluna-que-desviou-dinheiro-da-formatura-volta-as-aulas-em-sala-separada-06032023>. Acesso em: 12/06/2023.

³⁶ RESK, Felipe. Metrópoles. São Paulo. 10/06/2013. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/homem-amarrado-por-pms-ja-ficou-presos-por-roubo-com-base-em-descricao-errada>. Acesso em: 12/06/2023.

pobreza), define o caráter moral das pessoas. Esse estigma institui o “estranho, diferente” ao mesmo tempo que também institui o “normal, desejável”, ou seja, o estigma reforça a coesão social, através de crenças, práticas e normas sociais (GOFFMAN, 1988).

Além disso, pessoas em situação de rua sofrem com crimes de ódio e violência, como tentativas de homicídios: atear fogo e agressões, quando estão desprevenidos ou dormindo, são situações que acontecem frequentemente no Brasil. De acordo com uma análise feita pelo Ministério da Saúde das notificações de violências contra a população de rua no Brasil entre 2015 e 2017, no Brasil houve mais de 17 mil casos, foram constatadas 788 notificações em São Paulo, lugar que concentra mais pessoas em situação de rua no Brasil. Além disso, foi constatado que a maior parte das notificações (54%) são do Sudeste. (FIGUEIREDO, 2019, online)³⁷

Estimativas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) indicam que entre os anos de 2019 e 2021 ocorreram 19 mortes envolvendo moradores de rua, entretanto, segundo a própria entidade o dado é subnotificado e não revela a realidade (PIMENTEL, 2022, online)³⁸. Faltam indicadores com dados oficiais que nos tragam de maneira quantitativa as violências que as pessoas em situação de rua vivem no Brasil, porém, podemos analisar que em uma década, de 2012 a 2022 aumentou 211% o número de pessoas vivendo nas ruas (IPEA, 2022, online)³⁹ junto com o alto número de casos de violências que são noticiados nos jornais e nas mídias sociais, e ainda levar em conta a subnotificação de casos, já que essa população é invisibilizada.

Essa população é vítima de violências intrafamiliar, étnica, social, política, criminal, psicológica, entre outras (COSTA; JUNIOR. 2017, p.30). Por não serem vistos como cidadãos de valor, mas como “estorvos” para grande parte da sociedade,

³⁷ FIGUEIREDO, Patrícia. G1 São Paulo. 17/06/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/17/brasil-registra-mais-de-17-mil-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-em-3-anos.ghtml>> Acesso em: 07/06/2023.

³⁸ PIMENTEL, Evellyn. Tribuna Independente. 27/01/2022. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2022/01/27/97789-violencia-contra-populacao-de-rua-cresce-mas-faltam-dados-oficiais>> Acesso em 10/06/2023.

³⁹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. online. 08/12/2022. Disponível em: <

são frequentemente alvos de preconceito, olhares discriminatórios, xingamentos, retirados de vias públicas como se fossem “sujeira” no espaço e também vítimas de violências brutais, sendo vítimas do fogo ao longo dos anos, com casos noticiados por todo o Brasil.

Em 92% dos casos a violência indicada na notificação do SUS foi física e os principais prováveis autores da agressão foram pessoas desconhecidas (37% dos casos), seguidos por amigos e conhecidos (33%), familiares (6%) e parceiros (5%). Em 19% dos casos notificados, a agressão ocorreu mais de uma vez. (FIGUEIREDO, 2019, online)

Esses dados são antes da pandemia, que agravou a situação de muitas famílias e pessoas em vulnerabilidade e em situação de rua:

a violência a que estão submetidos [os indivíduos em situação de rua] vem de todos os lados, dos agentes de segurança pública, como a polícia e guardas municipais; por parte do Poder Público, por omissão, em muitos casos, pela insuficiência e ineficiência das políticas públicas adotadas, e, por mais contraditório que possa parecer, até mesmo pela ação direta de violação de direitos, como o recolhimento dos pertences dessas pessoas; e da própria sociedade civil, que, respaldada por um sistema de exclusão protagoniza casos absurdos, agredindo verbalmente e fisicamente, e, no extremo, buscando exterminá-los, como os relatos de homicídios e tentativas de homicídios – envenenamento, atear fogo, dentre outros. (MELO, 2016, p. 52)

O portal Terra (2019)⁴⁰ listou alguns episódios de tentativas de homicídio e agressões com o fogo a moradores de rua pelo Brasil, seguindo ordem cronológica desde o início dos anos 2000. Das 13 listadas pelo portal, destacamos:

- Em 14 de dezembro de 2006 dois jovens colocaram fogo em um homem chamado Jaildo Ferreira da Silva, 45 anos, que vivia em situação de rua, em Belo Horizonte - MG, enquanto ele dormia. Ele sofreu queimaduras no rosto, tórax e couro cabeludo, mas não apresentou risco de morte.
- Em 27 de novembro de 2007, morador de rua foi atacado em São Paulo, no bairro Santa Cecília, enquanto dormia. Ele teve 85% do corpo queimado e veio a óbito.
- Em 08 de abril de 2009 em Itabuna, na Bahia, um morador de rua foi incendiado vivo enquanto usava crack, na frente a casa do suposto autor do crime no momento da agressão. A vítima não resistiu e veio a óbito.

⁴⁰ Ataques a moradores de rua. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/moradores-de-rua-incendiados/>. Acesso em 10/06/2023.

- Em 28 de abril de 2010 um morador de rua de 31 anos foi queimado enquanto dormia, em Maceió. A vítima disse que não conseguiu vaga no albergue no bairro, e dormiu nas proximidades, sendo atacado por uma pessoa que ele não conseguiu identificar. Ele teve 20% do corpo queimado e sobreviveu.
- Um carroceiro foi morto carbonizado dentro de sua própria carroça, em São Paulo, 04/05/2011.
- Em 2018 um morador de rua é acusado de roubo e atacado por um homem em Santos - SP. O homem comprou um galão de etanol em um posto de combustível minutos antes de encharcar a vítima e incendiá-la (PRAGMATISMO, 2018)⁴¹.

Essas pessoas, por viverem nas ruas, são privados de um espaço que permita seu isolamento, que defenda a sua privacidade e de um ambiente estável para sua autoproteção, sendo facilmente alvos de violência física. Essa prática de violência através do atear fogo, enquanto o morador de rua se encontra desprevenido ou dormindo, é recorrente ao longo dos anos, não sendo casos isolados.

A violência (...) liga-se inexoravelmente a uma interação humana, ao mesmo tempo que a nega (a negação do outro), despontando usualmente em espaços onde predominam as discriminações, desigualdades e exclusões sociais. (COSTA; JUNIOR. 2017, p.30)

É difícil descobrir a motivação para todos os ataques, algumas opiniões justificam envolvimento com tráfico de drogas, disputas territoriais e acertos de contas, porém, as violências são muitas e é evidente que a vulnerabilidade que essas pessoas vivem facilitam os atentados, vide a barbárie dos crimes, que também vão de tiros a envenenamento (ROCHA, 2020)⁴². Na raiz da motivação pode estar a pobrefobia, principalmente pois, analisando todas as notícias, observamos que grande parte dos agressores são pessoas comuns, não pobres, que descontam frustrações, raivas ou aproveitam a vulnerabilidade das pessoas em situação de rua para praticarem crimes,

⁴¹ Vídeo flagra homem ateando fogo em morador de rua. Redação Pragmatismo. 19/12/2018. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/12/fogo-em-morador-de-rua.html>. Acesso em 10/06/2023.

⁴² ROCHA, Camila. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/11/01/Quais-as-ra%C3%ADzes-da-viol%C3%A4ncia-contra-moradores-de-rua>. Acesso em: 10/06/2023.

que em outras ocasiões, com pessoas não pobres, seriam resolvidos de outra maneira.

Adam Smith (2015) reflete sobre a corrupção dos sentimentos morais que vêm da tendência de admirar os ricos e desprezar os pobres (o que chamamos de “aporofobia”), e comenta sobre a riqueza e a grandeza serem contempladas com respeito e admiração e associados à sabedoria e virtude, ao mesmo tempo que o menosprezo que é dirigido ao vício e a estupidez, associado à pobreza.

Afinal, esse é o retrato da contradição dos tratamentos do pobre e do não pobre na sociedade, que independe da qualidade do comportamento, uma vez que o vício e a criminalidade existem entre não pobres e ricos, mas que é designado como estigma da pobreza, reforçando a aporofobia (pobrefobia) na sociedade.

Em conclusão, é evidente como o estigma sobre o pobre e a pobreza contribui para o sentimento de rejeição e desvalorização da população em situação de rua e em vulnerabilidades no Brasil. Uma vez que o valor pessoal na sociedade contratualista está associado ao jogo de trocas, ao jogo de reciprocidade, que consiste em dar para receber, e nessa relação o pobre é rejeitado pois não possuem nada economicamente para dar. (CORTINA, 2020) Conseqüentemente, como vimos em diversos exemplos, é uma população que sofre de violências micro, de olhares de desprezo às agressões físicas, sociais (por serem pertencentes ao grupo estigmatizado), violações institucionais e violências políticas.

CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo buscar uma maior compreensão acerca da aporofobia, termo cunhado por Adela Cortina que significa aversão, ódio ou rejeição aos pobres, podendo também ser chamado de “pobrefobia”, termo mais acessível ao vocabulário português, cunhado por Padre Júlio Lancellotti e Paulo Escobar. É um sentimento social comum, tão velho quanto a humanidade, mas que, como diz Cortina (2020), faz parte da vida social “dar nomes às coisas”, para que possamos apontar o dedo, reconhecer e conversar sobre isso no mundo do diálogo.

Cortina propõe que a aporofobia está, na maioria das vezes, na raiz de todas as fobias. Ela iniciou seus estudos sobre o tema buscando compreender o fenômeno da xenofobia, já que as portas de alguns países estão sempre abertas para turistas, mas dificilmente abertas aos refugiados, que vêm na maioria das vezes sem recursos financeiros. Em nossas análises de comportamentos sociais, reconhecemos como a classe social é a maior definidora de tratamento interpessoal, e isso se demonstra muito em relação ao tratamento nas instituições, como a polícia, no tratamento desigual a pessoas pobres e não pobres, independente da gravidade do delito.

Ao longo deste estudo tentamos conhecer como a pobrefobia é praticada, observando as diversas violências que as populações em situação de vulnerabilidade social sofrem na sociedade, como por exemplo o descaso da população civil à população em situação de rua, que reforçados pelo senso comum conservador e por políticas neoliberais, acaba considerando a pobreza como uma condição individualizada, desconsiderando processos históricos e sociais que levaram grande parte da população em situação de pobreza a viver, desde o nascimento, em condições precárias que os dificultam a ascender economicamente.

Foi feito um breve estudo acerca da pobreza, considerando a necessidade do assistente social ter compreensão crítica da realidade e de seus objetos de intervenção profissional, sendo a pobreza e as desigualdades sociais resultantes do sistema capitalista e da sociedade de classes. Para isso, concordamos com a visão assertiva do Sen (2000) sobre a pobreza como privação de liberdades. A liberdade do indivíduo de exercer seu papel político e social em plenitude, ter acesso a seus direitos, à proteção social, dentre outras. Ter acesso à qualidade de vida, atividades que promovam bem estar. É importante levar em conta não apenas questões

relacionadas à renda, mas sim alimentação, escolaridade, acesso a saneamento básico e condições minimamente dignas de moradias (como luz, água potável, saneamento básico, etc.).

Analisamos, além disso, o aumento do pensamento conservador na sociedade brasileira nos últimos anos e como graças a ele a visão meritocrática e moralista é reforçada no senso comum, principalmente quando práticas políticas, sociais e discursos neoliberais são praticadas pelos representantes políticos e pela mídia, liderada nos últimos tempos pela figura política de Jair Bolsonaro, que fortaleceu o movimento conservador de extrema direita e que, além disso, dificultou o acesso a proteção social do Estado ao pobre, através das políticas públicas.

O conservadorismo nega uma determinação hegemônica política (tendo como relevo da vida instituições como família e religião), sendo nesse sentido convergente a ordem espontânea competitiva neoliberal (MAXIMO, 2020), pois “favorecem o interesse privado, obstruindo a esfera pública da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado” (IAMAMOTO, 2010, p.142), ou seja, é um sistema refratário à transformações políticas, prezando pela manutenção do sistema, da ordem e de instituições que regem a vida “moral”. A partir disso, é criado muito negacionismo científico e discursos de ódio às pautas progressistas, associadas ao “medo comunista”, que ameaçam a ordem vigente.

Quando relacionamos políticas neoliberais e conservadoras com a aporofobia, é por compreendermos como a aporofobia em escala macro, se refere a processos econômicos e políticas governamentais que podem ser excludentes com os pobres, pois dificultam o acesso das pessoas em situação de pobreza à ascensão social, impulsionando a desigualdade e a concentração da renda na mão das classes médias e dos ricos. Além disso, os representantes políticos têm capacidade de serem indutores de comportamentos sociais, incentivando a aporofobia através de falas e posicionamentos.

As chamadas heurísticas (atalho mental do cérebro que associa e reconhece pessoas e situações de maneira rápida e eficiente, através de pré-conceitos) no ser humano, são reiteradas pela mídia, que reforçam o estigma de certos grupos sociais, em especial da população que mora em favelas, população negra e pessoas em situação de rua, que são diretamente associados, através de estereótipos, à criminalidade, violência, vício em substâncias ilícitas e degradação moral.

Em consequência, observamos o tratamento aporofóbico que trata o pobre de maneira desumanizada, em todos os âmbitos sociais, inclusive nas instituições ligadas à segurança pública e à justiça, uma vez que há um excesso de violência e perseguição policial nas favelas e à pessoas pobres e negras, que convivem cotidianamente com enquadros policiais abusivos. Ela também é expressa através dos planos de desenvolvimento urbano, com arquiteturas hostis e projetos higienistas que removem os pobres das áreas consideradas “desenvolvidas”, os deixando em bairros periféricos, como forma de “limpeza” urbana.

Essa compreensão é necessária para que reconheçamos como os não-pobres e as instituições estão diretamente ligados com a manutenção da pobreza e com as violências contra a população em vulnerabilidade. Essas questões demandam que busquemos a superação do estigma do pobre e dos nossos preconceitos, como cidadãos e profissionais, e que a educação possa ser um instrumento de reconhecimento do pobre como cidadão de valor. Como afirma Cortina (2020, n.p.) é necessário contar com educação na família, na escola, na mídia e no conjunto da vida pública. Além disso, reforçar para que as instituições caminhem também nessa direção, pois também educam com sua existência e atuação, influenciando na conformação do cérebro e do caráter pessoal e social.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. *Lei Padre Júlio Lancellotti, que proíbe 'arquitetura hostil', é promulgada*. Senado, 22/12/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 04/04/2023

Assistência Social. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. BPS, n. 28, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10806/1/BPS_28_assistencia_social.pdf. Acesso em: 15/04/2023

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita et al. *O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendência*. Tradução. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. . . Acesso em: 08 jun. 2023.

BARATTO, Romullo. *"Nossa arquitetura é muito hostil e pouco hospitaleira: entrevista com Padre Júlio Lancellotti*. Archdaily, 03/03/2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/976196/nossas-arquiteturas-sao-muito-hostis-e-pouco-hospitaleiras-entrevista-com-padre-julio-lancellotti>. Acesso em: 03/04/2023

Bolsonaro e Tarcísio foram os mais votados no segundo turno em Santos; veja o resultado. G1, Santos, 20/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/eleicoes/2022/noticia/2022/10/30/bolsonaro-e-tarcisio-foram-os-mais-votados-em-santos-veja-o-resultado.ghtml>. Acesso em: 22/05/2023

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRUM, Gabriel. *Ipea: população em situação de rua no Brasil supera 281 mil*. Agencia Brasil, Brasília, 13/02/2023. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-mil#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20\(Ipea\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/ipea-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-supera-281-mil#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua%20superou,Pesquisa%20Econ%C3%B4mica%20Aplicada%20(Ipea)). Acesso em: 03/04/2023

CAMPOS, Matheus. *Gentrificação*. UOL, Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/gentrificacao.htm#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20gentrific%C3%A7%C3%A3o%3F,local%20do%20custo%20de%20vida>. Acesso em: 03/04/2023

CATTO, André. *Pobreza social bate recorde e atinge 64,6 milhões de brasileiros durante pandemia, diz estudo*. G1, 02/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/02/02/pobreza-social-bate-recorde-e-atinge-646-milhoes-de-brasileiros-durante-pandemia-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 10/03/2023

CERQUEIRA, Amarantha S. T. *Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2011.

COMIM, Flavio; et al. *Sem pobreza, mas com "fomes": Visões Econômicas e psicológicas*. Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e resistências. 1ed. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, v. 1, p. 17-44. ISBN 978-85-420-0821-0. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305653222_Sem_pobreza_mas_com_fomes_Visoes_Psicossociais_da_Pobreza_Diversidades_e_resistencias. Acesso em: 02/03/2023

COMIM, Flavio et al. *"The Multi-dimensions of Aporophobia,"* IQS School of Management, Universitat Ramon Llull, Germany: MPRA Paper no.103124, 29/09/2020. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/103124/1/MPRA_paper_103124.pdf. Acesso em: 02/03/2023

Conservadorismo e as questões sociais no Brasil. Observatório 3º Setor. 17/07/2019 Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/media-center/radio-usp/conservadorismo-e-as-questoes-sociais-no-brasil/>. Acesso em: 25/04/2023

CORTINA, Adela. *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. Kindle, não paginada.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. *A pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE Eletrônica, 1(2), p.1–12, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>. Acesso em: 15/03/2023

DUARTE, Jéssica da Silva. *O avanço do conservadorismo no Brasil e nos Estados Unidos no Século XXI*. 205f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021

ESCOBAR, Paulo. *A pobrefobia em narrativas e ações da Prefeitura de São Paulo*. JUDAS, As botas de, 09/06/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniao/a-pobrefobia-em-narrativas-e-acoes-da-prefeitura-de-sao-paulo/>. Acesso em: 10/06/2023.

ESCOBAR, Paulo. *Pobrefobia*. JUDAS, As botas de, 21/05/2023. Disponível em: <https://judasasbotasde.com.br/opiniao/pobrefobia/>. Acesso em: 07/06/2023

Folhapress. *Prefeito expulsa moradores de rua e diz que não deixará 'cidade virar um lixo'*. Diário do Litoral, 16/07/2021. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/brasil/prefeito-expulsa-moradores-de-rua-e-diz-que-nao-deixara-cidade-virar/147394/>. Acesso em: 03/04/2023

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. *O conservadorismo e as questões sociais* [recurso eletrônico]. São Paulo. 2019. Disponível em:

<https://conteudo.fundacaotidesetubal.org.br/downloadconservadorismo>. Acesso em: 15/05/2023

GIOPPO, Christiane. *Eugenia: a higiene como estratégia de segregação*. Educar, Curitiba, n.12, p.167-180. 1996. Editora da UFPR. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.167>. Acesso em: 10/04/2023

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

Guedes diz que domésticas iam à Disney com dólar barato: “Festa danada”. Carta Capital, 12/02/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/guedes-diz-que-domesticas-iam-a-disney-com-dolar-barato-festa-danada/>. Acesso em: 15/05/2023

GUEDES, Aline. *Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos*. Senado, 14/10/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasil%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome>. Acesso em: 01/03/2023

HESSE, Hermann. *Sidarta*. 69ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2021

HOEVELER, R. C.; CARDOSO, J. V. O. *Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana*. Temporalis, Brasília (DF), n. 43, p. 34-52, jan./jun. 2022. ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38107/25299>. Acesso: 25/04/2023

IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4ª ed, São Paulo: Cortez, 2010

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Objetivos de desenvolvimento sustentável: 1. Erradicação da Pobreza*. IPEA, 2019, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>. Acesso em: 20/03/2023

JEHNIFER, Jaíne. *O que são heurísticas e vieses?* Investidor, 19/08/2022. Disponível em: <https://investidorsardinha.r7.com/aprender/heurísticas-e-vieses/#:~:text=Em%20resumo%2C%20a%20heur%C3%ADstica%20%C3%A9,julgamentos%20nas%20tomadas%20de%20decis%C3%B5es>. Acesso em: 03/04/2023

JESUS, Carolina M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10.ed, São Paulo: Ática, 2014

JÚNIOR, L. R. G. C.; COSTA, E. D. P. *Violência às pessoas em situação de rua: o direito fundamental à segurança em xeque*. JURIS, Rio Grande, v. 27, n. 2, 2017. p. 25-40.

LEITE, Gabriela. *Jeffrey Sachs: A doença global da desigualdade*. Outraspalavras, 28/07/2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/a-doenca-global-da-desigualdade-segundo-jeffrey-sachs/>. Acesso em: 25/03/2023

LIMA, Iana Gomes; HYPOLITO, Álvaro. *A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira*. Educação e Pesquisa. vol.45, São Paulo, Epub, 2019

MADEIRO, Carlos. *Negros são 75% entre os mais pobres; brancos, 70% entre os mais ricos*. UOL, Maceió, 13/11/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/13/percentual-de-negros-entre-10-mais-pobre-e-triplo-do-que-entre-mais-ricos.htm>. Acesso em: 25/03/2023

MAXIMO, Mario. *A relação entre o neoliberalismo e o conservadorismo*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/1273_1583684265_relacao_neoliberalismo_conservadorismo_ID_pdf_ide.pdf. Acesso em: 10/05/2023

MELO, Cíntia de Freitas. *População de rua: entre a exclusão e a justiça social*. In: GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. (orgs.). *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua*. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. p. 51-64.

MENDES, Luís. *O contributo de Neil Smith para uma geografia crítica da gentrificação*. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Rio de Janeiro, E-METROPOLIS, , n. 1, p.21-33, maio.2010 ISSN 2177-2312. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/001/original/emetropolis_n01.pdf?1447896269. Acesso em: 04/04/2023

MESA PARA 6 - AVERSÃO AOS POBRES COM FLAVIO COMIM. Youtube, 10/04/2021, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KdDrXTzhD4w&ab_channel=moozNEW. Acesso em: 03/10/2022

MONTAÑO, Carlos. *Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200004>. Acesso em: 15/05/2023

O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. Instituto Humanitas UNISINOS, 25/02/2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/576402-o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo>. Acesso em: 15/05/2023

PERET, Eduardo. *Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre*. Agência de notícias IBGE. 16/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade-mais-pobre>. Acesso em: 04/04/2023

Presidência da República. Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos: LEI Nº 14.489. Planalto, Brasília, 21/12/2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2022/lei/L14489.htm. Acesso em: 15/03/2023

RATTON, Carlos. *Arquiteto de Santos faz alerta sobre processo de gentrificação*. Diário do Litoral, 06/12/2022. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/santos/arquiteto-de-santos-faz-alerta-sobre-processo-de-gentrificacao/162685/>. Acesso em: 15/03/2023

RATTON, Carlos. *Arquitetura hostil pode estar perto do fim em Santos*. Diário do Litoral, 05/12/2022. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/santos/arquitetura-hostil-pode-estar-perto-do-fim-em-santos/162609/>. Acesso em: 15/03/2023

RATTON, Carlos. *Santos usa pedras para inibir moradores de rua embaixo de viadutos*. Diário do Litoral, 03/02/2021. Disponível em: <https://www.diariodolitoral.com.br/cotidiano/santos-usa-pedras-para-inibir-moradores-de-rua-embaixo-de-viadutos/142422/>. Acesso em: 15/03/2023

Relatório Geral do Programa de Atuação em Cortiços. CDHU – PAC, São Paulo, 15/05/2012. Disponível em: <https://www.cdhu.sp.gov.br/documents/20143/37069/RelatorioGeralProgramaCorticos.pdf/cef12342-5419-23a0-bf8c-95360484fe86#:~:text=Trata%2Dse%20de%20um%20programa,condi%2D%20%C3%A7%C3%A3o%20habitacional%20mais%20adequada>. Acesso em: 20/05/2023

Renda das domésticas caiu em 2019, primeiro ano de Paulo Guedes, IHU Instituto Humanitas Unisinos, 17/02/2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596342-renda-das-domesticas-caiu-em-2019-primeiro-ano-de-paulo-guedes>. Acesso em: 15/05/2023

SANTOS, André da R.. *Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos*. Cad Metrop [Internet]. 2014 Nov.16 (32):587–607. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3213>. Acesso em: 15/03/2023

SANTOS, João Vitor. “O país da ‘ordem e progresso’ é um país essencialmente aporofóbico”. Entrevista especial com Flavio Comim. IHU Instituto Humanitas UNISINOS. 14/04/2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/608379>. Acesso em: 08/11/2022

SEN, Amartya. (1992). *Comportamento econômico e sentimentos morais*. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (25), 103–130. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451992000100005>. Acesso em: 02/03/2023

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. ed.08, São Paulo: Companhia das Letras. 2000

SÊNECA. *Da tranquilidade da alma*. ed.789, Porto Alegre: Coleção L&PM POCKET, 2018

SILVEIRA, Daniel. *Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE*. G1, Rio de Janeiro, 01/12/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 02/02/2023

SIQUEIRA, Luana. *A pobreza como “disfunção” social: a culpabilização e a criminalização do indivíduo*. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 240-252, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/6032/5764>. Acesso em: 10/04/2023

SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. ed.02, São Paulo: Martins Fontes, 2015

WELLE, Deutsche. *A nova onda conservadora no Brasil*. IHU UNISINOS, 07/12/2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/574438-a-nova-onda-conservadora-no-brasil>, Acesso em: 04/04/2023

YAZBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.2, p. 293-306, jul. / dez. 2020 ISSN 1980-8518. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.32934>. Acesso em: 10/05/2023

YAZBEK, Maria Carmelita. *Serviço Social e seu projeto ético político em tempos de devastação: resistências, lutas e perspectivas*. In YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social na história. América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019

“*Sair da hostilidade para a hospitalidade é a melhor forma de vencer a aporofobia*”, afirma padre Júlio Lancelotti no #NaPausa – Casos Reais. Defensoria Pública do Estado do Ceará, 17/05/2022. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/sair-da-hostilidade-para-a-hospitalidade-e-a-melhor-forma-de-vencer-a-aporofobia-afirma-padre-julio-lancelotti-no-napausa-casos-reais/>. Acesso em: 03/04/2023

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

19/04/23, 10:30

SEI/Unifesp - 1556612 - DECLARAÇÃO_PROJ. PESQ. SEM ENVOLV.HUMANOS/VERTEBS



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de São Paulo



DEPARTAMENTO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

DECLARAÇÃO_PROJ. PESQ. SEM ENVOLV.HUMANOS/VERTEBS nº 1556612/2023/DEPARTAMENTO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Santos, 04 de abril de 2023.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

(Pesquisador: preencha todos os campos; após as assinaturas terem sido coletadas, anexar ao projeto e apresentar ao Departamento ou Programa de Pós-Graduação ao qual o pesquisador responsável está vinculado.)

Título do Projeto de Pesquisa: **APOROFOLIA: Suas expressões na sociedade**

Pesquisador Responsável: **Prof.ª Dr.ª Juliana Biondi Guanais**

Campus UNIFESP/ Departamento: **Campus Baixada Santista - Instituto de Saúde e Sociedade - Departamento de Saúde, Educação e Sociedade**

Objetivo acadêmico: TCC

Nome do aluno: **Isabela Santos Cabral**

Equipe de Pesquisa: (completar, se for o caso)

Local onde será realizada a pesquisa: UNIFESP/Campus Baixada Santista

E-mail para contato: **juliana.guanais@unifesp.br** e **iscabral15@unifesp.br**

Eu, pesquisador responsável pelo projeto acima especificado, declaro que:

O projeto de pesquisa não incluirá participantes de pesquisa, nem utilizará materiais obtidos diretamente de seres humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros), nem utilizará imagem/som/questionários/entrevistas/grupo focal que permitam sua identificação individual, dados de prontuários de assistência do paciente, fichas de cadastros pessoais e/ou fichas escolares;

O projeto de pesquisa não utilizará animais vertebrados não humanos nem materiais obtidos diretamente de animais vertebrados não humanos (por exemplo células, sangue periférico, tecidos, entre outros);

Estou ciente de que se nesta pesquisa houver manipulação genética (organismos geneticamente modificados), será necessário obter carta de aprovação da Comissão Interna de Biossegurança da Unifesp (CIBio), e que é minha responsabilidade obtê-la antes do início da pesquisa ([Lei nº 11.105/2005 http://www2.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/cibio/index.php?cod=apresenta](http://www2.unifesp.br/reitoria/orgaos/comissoes/cibio/index.php?cod=apresenta));

Estou ciente de que caso a pesquisa envolva acesso a patrimônio genético brasileiro e/ou conhecimento tradicional, o projeto deverá ser cadastrado no sistema auto declaratório SisGen, conforme Lei nº 13.123/2015, antes da sua publicação e/ou comercialização do produto, sendo de minha responsabilidade realizar e manter este cadastro atualizado (<https://sisgen.gov.br>);

Estou ciente de que caso os dados utilizados nesta pesquisa não forem de acesso público e/ou se a pesquisa não for realizada em local público, será necessário obter o documento de autorização emitido pela instituição em que será realizada a pesquisa e/ou detentora dos dados a serem utilizados, onde deverá conter as atividades que serão desenvolvidas e assinatura do dirigente institucional ou pessoa por ele delegada, com identificação de cargo/função e respectiva assinatura, antes do início da pesquisa (Lei no 12.527/2011);

Estou ciente de que se houver coleta de exemplares biológicos e/ou se a pesquisa for realizada em unidades de conservação federais ou em cavidade natural subterrânea, será necessário obter documento de autorização do Ministério do Meio Ambiente, conforme Instrução Normativa nº 03/2014 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, e é de minha responsabilidade obter este documento antes do início da pesquisa (<https://www.icmbio.gov.br/sisbio>);

Estou ciente de que se o projeto tiver a possibilidade de gerar conhecimento passível de proteção intelectual (patentes, direito autoral, novos tratamentos, marcas, softwares, cultivares, segredo industrial), é minha responsabilidade entrar em contato com a Agência de Inovação Tecnológica e Social (Agits);

Estou ciente de que se houver uso do Hospital São Paulo ou algum de seus ambulatórios ou setores será necessário anexar autorização expedida pelo Comitê de Ensino, Pesquisa e Extensão do Hospital São Paulo (CoEPE/HSP), e é minha responsabilidade obter este ofício antes do início da pesquisa (email: coep@huhsp.org.br);

Estou ciente de que se houver o uso de agentes radioativos, será necessário obter documento de autorização do Núcleo de Proteção Radiológica (NPR) e é minha responsabilidade obter este documento antes do início da pesquisa (para maiores informações sobre o NRP, contato: npr@unifesp.br; VOIP:2882);

19/04/23, 10:30

SEI/Unifesp - 1556612 - DECLARAÇÃO_PROJ. PESQ. SEM ENVOLV.HUMANOS/VERTEBS

O referido projeto cumpre as normas legais vigentes relacionadas à proteção intelectual, boas práticas e ética em pesquisa e que será minha responsabilidade zelar pela correta condução do projeto de pesquisa;

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados e gerados pela pesquisa bem como manter a privacidade de seus conteúdos. Também é minha a responsabilidade não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa;

Declaro a precisão de todas as informações acima fornecidas e comprometendo-me a informar todos os demais pesquisadores envolvidos no projeto sobre elas.

Santos, 05 abril de 2023.

Prof.ª Dr.ª Juliana Biondi Guanais
Pesquisador Responsável

Isabela Santos Cabral
Nome e Assinatura da aluna

De acordo,

Prof.ª Dr.ª Sylvania Helena Souza da Silva Batista
Chefe do Departamento de Saúde, Educação e Sociedade
Instituto de Saúde, Educação e Sociedade
Campus Baixada Santista
Universidade Federal de São Paulo



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Biondi Guanais, Docente**, em 05/04/2023, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Santos Cabral, Usuário Externo**, em 05/04/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sylvia Helena Souza da Silva Batista, Chefe de Departamento**, em 10/04/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida [clikando aqui](#), ou pelo endereço: "https://sei.unifesp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0" informando o código verificador **1556612** e o código CRC **D12FBAD2**.

Rua Silva Jardim 136 - Bairro Vila Mathias - Santos - SP CEP 11015-020 - <http://www.unifesp.br>